



portalbenews.com.br



INSIGHT Roberta Lopes
Antônio: proteção de dados
também depende de governança
humana ► **p3**



PAPO DE COMPLIANCE Selma
Vasquez comenta como alinhar
empresas diferentes sem perder
a agilidade ► **p16**

Divulgação

Guarulhos avança para receber 1º sistema antidrone do País



Aeroporto foi escolhido por sua relevância na malha aérea e pelo histórico de ocorrências envolvendo aeronaves remotamente pilotadas ► **p9**

Divulgação

**Petrobras
assina
contrato
de 22
anos para
comprar
gás dos
EUA**
► **p14**



MINERAÇÃO Mineradora
canadense expande portfólio
de terras raras no Nordeste
► **HUB**

AEROPORTOS Montes
Claros recebe mais de R\$ 200
milhões em obras no aeroporto
► **p9**

PORTOS Estudo define
estratégia para retirada de
navio naufragado em Itajaí
► **p10**

EDITORIAL

Enfim, um sistema anti-drone

O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) registrou 57 ocorrências envolvendo drones em proximidade ao sistema de aviação civil brasileiro em 2025 — alta de 83,87% sobre o ano anterior. São 12,1% de todas as ocorrências de segurança da aviação civil contabilizadas no período. Um drone de uso recreativo ou comercial que cruza a trajetória de uma aeronave em fase de pouso ou decolagem não precisa ter intenção hostil para causar um acidente grave. Basta estar no lugar errado. E a combinação de redução de preço dos equipamentos, facilidade de operação e crescimento do uso sem correspondente crescimento da fiscalização criou um ambiente em que o número de ocorrências dobra a cada dois anos. O Ministério de Portos e Aeroportos encaminhou à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) as diretrizes para implantar sistema anti-drone em Guarulhos (SP). É a decisão certa. É a decisão que deveria ter sido tomada antes de os números chegarem onde chegaram.

Guarulhos é a escolha operacionalmente correta para o projeto-piloto. É o aeroporto de maior movimentação de passageiros do País, com tráfego intenso de aeronaves internacionais de grande porte e histórico de ocorrências com drones que o Ministério cita como critério da escolha. A estrutura prevista — detecção, identificação, monitoramento e neutralização, com integração entre Anac, Polícia Federal, Decea, Receita Federal e Anatel — é a arquitetura de governança correta para um sistema que precisa de autoridade legal clara sobre cada etapa da resposta. Detectar e identificar um drone não autorizado é atribuição técnica; autorizar sua neutralização é decisão com implicações legais que envolvem o Decea, a Polícia Federal e eventualmente a Anatel, dependendo da tecnologia de contramedida utilizada. Que o projeto distribua essas competências entre os órgãos com expertise correspondente é o que o diferencia de soluções de segurança que concentram tudo numa única cadeia de comando sem autoridade legal suficiente.

O crescimento do uso de drones em áreas sensíveis tem motivações heterogêneas que o sistema anti-drone precisará tratar de forma diferenciada. A maior parte das ocorrências envolve operadores que desconhecem as restrições de espaço aéreo, não atores com intenção deliberadamente hostil, o que significa que parte da solução é educação e fiscalização prévia, e não apenas neutralização reativa. O novo RBAC nº 100 da Anac, que organiza as operações de drones em três categorias conforme o nível de risco, é o instrumento regulatório que cria a base para essa diferenciação. Um operador de drone de baixo risco, em área residencial próxima a Guarulhos, que não sabia que estava em zona restrita, tem tratamento adequado diferente de um drone com características de vigilância persistindo sobre a pista de pouso de um aeroporto internacional. A tecnologia de detecção e identificação que o sistema proposto inclui, com radar, análise de radiofrequência, sensores ópticos, é exatamente o que permite fazer essa distinção antes que o protocolo de resposta seja acionado.

Em Guarulhos, haverá o começo de uma agenda que precisará alcançar os demais grandes aeroportos brasileiros num prazo definido. Os aeroportos de Congonhas (SP), do Galeão (RJ), de Viracopos (SP) e de Brasília (DF) têm perfis de risco distintos de Guarulhos, mas todos operam em ambientes urbanos densos, onde o acesso não autorizado ao espaço aéreo adjacente é tecnicamente simples para qualquer pessoa com um drone de prateleira. A iniciativa do Ministério cria o precedente regulatório e o modelo técnico que permitirá escalar a solução, se o projeto-piloto em Guarulhos for executado com a disciplina de monitoramento e avaliação que um piloto precisa ter para informar a expansão. Que a Anac estabeleça métricas claras de desempenho do sistema, com tempo de detecção, taxa de identificação, eficácia de neutralização, número de ocorrências por período. E que esses dados alimentem o processo de decisão sobre quando e como expandir a tecnologia para os demais aeroportos.

O espaço aéreo dos aeroportos brasileiros está sendo invadido com crescente frequência por equipamentos que não têm autorização para estar lá. A solução técnica existe, o modelo regulatório está em desenvolvimento e o aeroporto certo foi escolhido para o projeto-piloto. Resta saber se o sistema de Guarulhos sai do papel no prazo que a urgência das ocorrências exige e, ainda, se os dados que ele produzir alimentam a expansão para os demais grandes terminais, antes que algo mais grave ocorra e esse projeto seja implantados às pressas.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE

9 Governo prepara sistema antidrone para o Aeroporto de Guarulhos

EDITORIAL

2 Enfim, um sistema anti-drone

INSIGHT

3 “Dados pessoais expostos: quando um incidente vira responsabilidade”, por Roberta Lopes da Cruz Antônio

HUB

4 Mineradora canadense expande portfólio de terras raras no Nordeste

POLÍTICA

4 TSE manda Youtube remover vídeo de Lula no Piauí

6 Zema descarta desistir para apoiar Flávio: “Irei até o final”
Debate da Globo: Lula indica ausência

7 Governo prorroga o Desenrola Rural até janeiro de 2027
Apostas ilegais: Anatel derruba sites

TRANSPORTES | RODOVIAS

8 Motiva RioSP vai implantar corredor logístico sustentável na Dutra
ANTT autoriza contrato para concessão da Rota dos Sertões

TRANSPORTES | AEROPORTOS

9 Montes Claros recebe mais de R\$ 200 milhões em obras no aeroporto

TRANSPORTES | PORTOS

10 Estudo define estratégia para retirada de navio naufragado em Itajaí

11 Star Norge chega ao Pecém com cargas de energia, mineração e indústria
BTP abre inscrições para capacitação de pessoas com deficiência

12 Porto Piauí obtém alfandegamento para operações de comércio exterior
Porto do Açu amplia área da OceanPact e prevê até 300 metros de cais

ROSA DOS VENTOS

13 Transações, capital e financiamento em portos, óleo e gás e navegação,
com Matheus Oliva

PETRÓLEO E GÁS

14 Petrobras assina contrato de 22 anos para comprar gás dos EUA
Diesel S-10 volta a pressionar preços

PAPO DE COMPLIANCE

16 “Governança que conecta: como alinhar empresas diferentes sem perder agilidade”, por Selma Vasquez

FINANÇAS

17 Governo Central registra déficit de R\$ 13,6 bilhões em agosto
Desemprego no país recua no trimestre

18 Com eleição no radar, Ibovespa interrompe sequência negativa
Dólar cai, mas segue acima de R\$ 5,20

COMUNICAÇÃO & MARKETING | OPINIÃO

19 “A IA pode substituir tarefas. Mas quem substituirá a presença do líder?”,
por Cândice La Terza

20 “Relembrando o 11 de Setembro como uma notícia local”, por Charles Sennott

JUSTIÇA

22 Gilmar cobra medidas contra irregularidades em precatórios

23 Fachin adia análise do caso da padroeira no STF; TSE julga hoje
TST determina fim da greve da Caixa

INTERNACIONAL

24 Irã diz que Trump é incapaz de decidir sobre condições de acordo



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editores-executivos | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br



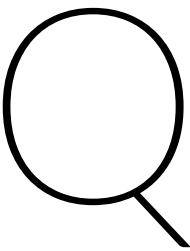


ROBERTA LOPES DA CRUZ ANTONIO

Professora de Direito Digital e Civil na Universidade Católica de Santos (SP), advogada e consultora especializada em Direito Digital e Proteção de Dados, mestre em Direito da Segurança Nacional pela Georgetown University (EUA).
opinio@portalbenews.com.br

DIREITO

Dados pessoais expostos: quando um incidente vira responsabilidade



Quando se fala em vazamento de dados, a primeira imagem que costuma surgir é a de um ataque hacker, uma invasão a sistemas ou uma falha de segurança capaz de expor milhares de informações na internet. No entanto, nem todo incidente nasce de uma vulnerabilidade tecnológica. Às vezes, o dado sai pela porta da frente, pelas mãos de quem tinha autorização de acesso. E, quando isso acontece, as consequências podem ser tão relevantes quanto aquelas provocadas por um ataque cibernético.

Um caso recente envolvendo um médico residente do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto ajuda a compreender essa dimensão do problema. O profissional, de 26 anos, fez uma publicação temporária no seu perfil em uma rede social (stories), na semana passada, de uma imagem de parte do prontuário de um paciente com obesidade acompanhada de um comentário em tom jocoso sobre a situação. Antes de ser removida pelo usuário, a publicação chegou a alcançar mais de 100 mil visualizações.

Antes de discutir as consequências jurídicas do caso, é importante desfazer uma confusão ainda bastante comum: dados sensíveis não são sinônimo de dados pessoais. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) protege os dados pessoais em geral, definidos como informações relacionadas a uma pessoa natural identificada ou identificável, tais como nome, CPF, endereço, telefone, e-mail e informações profissionais. Dados sensíveis constituem uma categoria especial dentro desse universo e abrangem, entre outros, informações sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical, saúde, vida sexual, dados genéticos e biométricos vinculados a uma pessoa natural.

A diferença importa porque a LGPD não proíbe o tratamento de dados sensíveis. Ela estabelece, entretanto, requisitos mais rigorosos para sua realização. O artigo 7º apresenta as bases legais para o tratamento de dados pessoais em geral, enquanto o artigo 11 traz um rol mais restrito para os dados sensíveis. Entre as hipóteses estão, por exemplo, o consentimento específico e destacado do titular, o cumprimento de obrigação legal, o exercício regular de direitos, a proteção da vida e a tutela da saúde, observados os requisitos legais. A própria LGPD determina ainda que essa proteção se aplica a tratamentos que revelem dados sensíveis e possam causar dano ao titular.

No ambiente empresarial, essa distinção é especialmente relevante. Informações sobre saúde ocupacional, exames médicos, deficiência, biometria ou outras informações protegidas pela LGPD não deixam de ser dados pessoais sensíveis porque estão armazenadas em um sistema corporativo, em uma planilha ou em um prontuário. Tampouco deixam de ser protegidas porque determinado funcionário ou prestador possui autorização de acesso. Isso porque autorização para acessar não se confunde com autorização para divulgar.

E é exatamente esse ponto que o episódio de Ribeirão Preto evidencia.

O fato de o médico não ter divulgado o nome do paciente não significa, automaticamente, que o dado tenha sido anonimizado, pois, para a LGPD, a questão é saber se a pessoa pode ser identificada considerando os meios razoáveis disponíveis. Um prontuário pode conter um conjunto de informações que, associado ao contexto, permita descobrir quem é o titular. E, uma vez que as informações dizem respeito à saúde, elas se encontram inseridas na categoria de dados pessoais sensíveis.

As consequências também não precisam ficar restritas a uma única esfera, afinal uma mesma conduta pode produzir repercussões cíveis, administrativas, éticas e penais, desde que presentes os respectivos requisitos legais. No campo cível, o paciente poderá discutir eventual violação a direitos da personalidade, como privacidade e intimidade, e pleitear reparação pelos danos que tenham sido efetivamente causados. Na esfera da proteção de dados, o tratamento irregular ou a ausência de medidas adequadas de segurança e governança podem ensejar apuração pela autoridade competente. No campo profissional, há ainda a dimensão ética relacionada ao sigilo e à utilização das redes sociais por profissionais de saúde. E, presentes os elementos do tipo penal, a revelação indevida de segredo conhecido em razão de função, ministério, ofício ou profissão pode também ser examinada à luz do artigo 154 do Código Penal.

Para empresários, administradores e gestores, especialmente em setores como logística, portos e comércio exterior, a principal lição talvez esteja justamente na compreensão de que a proteção de dados é também uma questão de governança humana. Um empregado que encaminha uma planilha com dados de colaboradores para o destinatário errado, um prestador que fotografa uma tela de sistema ou um profissional que publica em uma rede social uma informação obtida em razão de seu trabalho podem transformar um acesso legítimo em uma divulgação ilícita.

Por isso, não basta perguntar quem publicou. É preciso perguntar por que aquela pessoa tinha acesso, qual era a finalidade daquele tratamento, quais controles existiam, se havia treinamento, se os acessos eram compatíveis com a função exercida e quais medidas técnicas e administrativas foram adotadas para reduzir o risco de exposição.

O caso de Ribeirão Preto mostra que o vazamento de um dado sensível pode começar muito antes de um ataque cibernético: pode começar no momento em que alguém, legitimamente autorizado a conhecer uma informação, esquece que autorização para acessar não equivale a autorização para tornar pública. E em tempos de exposição permanente, essa talvez seja uma das perguntas mais importantes para qualquer organização: não apenas quem consegue acessar os dados que estão sob sua responsabilidade, mas se todos aqueles que conseguem acessá-los compreendem o que significa ter recebido essa confiança.

Roberta Lopes da Cruz Antonio escreve quinzenalmente para o BE News. Seus textos são publicados às quartas-feiras

INSIGHT



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnewscom.br

Investimento canadense em terras raras

A mineradora canadense Origen Resources anunciou a ampliação estratégica de sua presença no Nordeste do Brasil, ao firmar acordo para adquirir 70% do projeto Campo de Cima (33.075 hectares na divisa entre Bahia e Piauí) e avançar nos trabalhos de campo do projeto Picos (no Piauí). Com comunicados oficiais publicados nos últimos dias 24 e 28, a companhia passou a controlar mais de 68.615 hectares de direitos minerários, consolidando um dos maiores portfólios de pesquisa de elementos de terras raras (REE) na borda oriental da Bacia do Parnaíba.

Insumos para ímãs

Os ativos têm como alvo principal os depósitos de argila de adsorção iônica, modelo geológico de baixa profundidade que dispensa escavações profundas e consome menos reagentes do que a mineração em rocha dura. Esse modelo responde por cerca de 80% da oferta mundial de terras raras pesadas, indispensáveis para a fabricação de ímãs permanentes de alta eficiência. “Acreditamos que o Nordeste do Brasil é, de fato, um novo polo de terras raras e temos a sorte de estar entre os primeiros a atuar na região, onde agora controlamos mais de 68.615 hectares”, afirmou Gary Schellenberg, CEO da Origen.

Recorde chinês

As exportações e o fluxo de cargas nos portos da China alcançaram o maior patamar de toda a história do transporte marítimo global na terceira semana deste mês. Segundo dados do Ministério dos Transportes da China, os terminais portuários do país movimentaram o recorde absoluto de 7,3 milhões de contêineres (TEUs) nos sete dias encerrados em 20 de setembro, o que representa um salto de 9% em relação ao mesmo período de 2025.

Projeções confirmadas

O resultado acelera a trajetória de expansão registrada na primeira quinzena do mês (que anotava altas de 6%) e confirma as projeções do Goldman Sachs, cujos relatórios apontam que o volume diário de carga saindo dos 20 maiores portos chineses permanece rodando bem acima dos níveis do ano anterior.

Corrida contra barreiras comerciais

Essa corrida dos exportadores chineses busca se antecipar às barreiras comerciais negociadas durante a cúpula entre o presidente chinês Xi Jinping e Donald Trump em Washington neste mês. O mercado repercute relatórios do governo norte-americano que recomendam uma tarifa adicional de 7,5% sobre produtos chineses devido a alegados excessos de capacidade industrial.

TSE manda Youtube remover vídeo de Lula no Piauí

Na ocasião, o presidente associou a expressão “falcatrua” ao tribunal.
Nunes Marques atendeu pedido de Flávio

Ricardo Stuckert



O vídeo barrado por Nunes Marques se refere ao ato político de Lula realizado em Teresina, no dia 9 de setembro

Estadão Conteúdo

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kássio Nunes Marques, mandou o Youtube remover, em até 24h, vídeo de ato político no Piauí em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) associou a Justiça Eleitoral a “falcatrua”. A decisão, publicada na última segunda-feira, 28, atendeu a um pedido do candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL).

Segundo Flávio, ao participar de um comício em Teresina, em 9 de setembro, Lula teria ultrapassado o limite da liberdade de expressão e atacado a integridade do processo eleitoral brasileiro. O candidato do PL também sustentou que “há clara propaganda não só irregular, mas ilícita”.

Em seu discurso no evento, o petista afirmou: “Que não venham os ameri-

canos querer influir nas nossas eleições; que não venha o Tribunal Eleitoral querer falcatrua, porque a gente sabe o que eles são capazes”.

Para Nunes Marques, a fala de Lula é “vazia, desprovida de dados ou informações e se vale da influência do representado perante o grande público presente no comício para disseminar o descrédito contra a Justiça Eleitoral”. A liminar será submetida a referendo do plenário do TSE.

O ministro também afirmou que a manifestação tem “caráter depreciativo e enganoso” e “incita a população contra a instituição que é pilar fundamental da República e da democracia brasileira”.

Painéis

Flávio alegou ainda que houve outras irregularidades no comício, como a utilização de “painéis eletrônicos de grandes dimensões” no palco e nas laterais do evento, que não só serviriam para transmissão do evento, como tam-

bém à divulgação de propaganda eleitoral.

O argumento é que a utilização de painéis com o nome de Lula tem efeito equivalente ao alcançado por outdoor, vedado na campanha eleitoral. Além disso, os painéis traziam o nome de Lula desacompanhado do nome do candidato à vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB).

Nunes Marques concordou com Flávio em relação às irregularidades na propaganda divulgada durante o evento no Piauí. Diante disso, o ministro proibiu a campanha de Lula de utilizar painéis que produzam, “por si só ou em conjunto”, efeito visual de outdoor, sob pena de multa por descumprimento da decisão.

“Quanto ao perigo do dano, este está assentado na possibilidade de a mesma estrutura de publicidade ser utilizada em eventos futuros do representado, além da permanência do vídeo em plataforma digital com acesso à população”, afirmou o ministro ao justificar a decisão.

FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT 2026

6 de outubro

GRUPO
**BRASIL
EXPORT**

15h - Apresentação Inteligência artificial



ANDERSON SOARES

Vice-Presidente do AI
Brasil e fundador do
Centro de Excelência em
IA (CEIA) da Universidade
Federal de Goiás (UFG)

15h30 - Painei Políticas públicas de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação no sistema portuário

Moderação:

Debatedores:



ANGELINO CAPUTO

Presidente do
Conselho Tech do
Brasil Export



NILSON OLIVEIRA

Chief Operating Officer
da Apura Cyber
Intelligence S/A



RODOLFO GONÇALVES

CEO da JB Energy



TETSU KOIKE

Diretor de Políticas
Setoriais, Planejamento e
Inovação do Ministério de
Portos e Aeroportos

Royal Tulip Alvorada
Brasília - DF

Confira a Programação em
www.forumbrasilexport.com.br



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News

**BRASIL
EXPORT**
FÓRUM NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

PARCEIROS



INICIATIVA E REALIZAÇÃO

GRUPO
**BRASIL
EXPORT**

PRODUÇÃO

bossa
Marketing & Eventos

MARKETING

BE
COMUNICAÇÃO & MARKETING

MÍDIA OFICIAL

BE
NEWS

POLÍTICA

Zema descarta desistir para apoiar Flávio: “Irei até o final”

Candidato do Novo vem sofrendo pressão para sair da disputa presidencial, mas diz que tem compromisso com seu partido e seus apoiadores, apesar de reconhecer a “polarização”

Divulgação

Estadão Conteúdo

O candidato do Partido Novo à presidência da República, Romeu Zema, afirmou nesta terça-feira, 29, que vai se manter na disputa no primeiro turno da eleição. O ex-governador de Minas Gerais alegou que tem compromisso com o seu partido e que irá “até a reta final”.

As declarações ocorreram num momento em que surgem relatos de pressão pela sua desistência para apoiar Flávio Bolsonaro (PL).

“Sabemos que há uma polarização, mas eu tenho compromisso com o meu partido, com muitos apoiadores e, na minha vida, até hoje, vou fazer 62 anos agora em outubro, eu sempre levei tudo até o final”, afirmou Zema, em entrevista ao canal Plox Brasil.

O candidato continuou: “Então, eu vou encerrar essa minha trajetória levando adiante as minhas propostas, os meus princípios, os valores e também do Partido Novo, que são totalmente diferentes de outros partidos”.



Romeu Zema e seu partido conquistaram uma vitória nesta terça-feira: o TSE determinou que ele deve participar de debates entre os presidenciais

Zema também defendeu o combate à corrupção como principal meta. “Não há no Brasil nenhum partido que combata tanto a corrupção, que hoje, com certeza, é o maior problema do Brasil. Então, irei até a reta final, e tenho certeza de que, no segundo turno, nós da direita estaremos todos juntos contra o PT”, declarou.

O candidato classificou o PT como “o destruidor do Brasil” e disse que “nunca houve tanta corrupção em valores tão altos, numa esfera tão elevada, como nós estamos assistindo, inclu-

sive no Supremo Tribunal Federal”. O ex-governador reiterou: “Irei até o último minuto. (...) Nunca desisti de nada. Acho que sair de campo antes de o juiz apitar é meio esquisito”.

Pesquisa Quaest divulgada na segunda-feira, 28, mostrou Zema com 1% das intenções de voto, mesmo percentual da semana anterior. O candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece com 39%; Flávio tem 34%; Augusto Cury (Avante), 4%; Ronaldo Caiado (PSD), 4%; e Renan Santos (Missão), 3%. O le-

vantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-06520/2026.

Presença em debates

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, determinou a inclusão dos candidatos majoritários do partido Novo no debate presidencial e nos confrontos entre os candidatos a governador pelo País.

A decisão atende a um pedido do partido. Romeu Zema não havia sido cha-

mado para o debate entre os presidenciais desta quinta-feira, 1, na Globo. Além disso, os candidatos André Marinho, que disputa o governo do Rio de Janeiro, e Kiko Caputo, que concorre no Distrito Federal, teriam que ser chamados para os programas que acontecem nesta terça-feira, 29. Procurada, a emissora ainda não se manifestou sobre as mudanças.

A legenda de Zema pediu que fossem contabilizados os atuais cinco integrantes de sua atual bancada da Câmara, e não apenas os três eleitos em 2022 para efeito da cláusula de desempenho. Pela lei, partidos com pelo menos cinco deputados têm participação assegurada nos debates.

O ministro acatou a argumentação de que vale o número atualizado de parlamentares para a aplicação deste dispositivo. “A interpretação restritiva, que considera exclusivamente a legenda pela qual o parlamentar foi eleito, termina por projetar sobre os debates uma limitação que a Constituição estabeleceu expressamente para outras finalidades e que não consta do art. 46 da Lei das Eleições”, diz a decisão.

Debate da Globo: Lula indica ausência

Presidente deixou esse compromisso de fora da agenda nesta reta final da campanha

Estadão Conteúdo

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse que vai “participar de um debate, de uma entrevista” nesta semana. O petista não mencionou

entre seus compromissos nesta reta final de campanha a participação no debate promovido pela TV Globo, na quinta-feira, 1º, no Rio de Janeiro.

Durante comício em Fortaleza, o presidente falou que esse “debate” ou “entrevista” da qual ele participará - não ficou claro se a palavra “debate” foi um ato falho ou

não - será em Brasília.

“Saio daqui Fortaleza agora e vou para Salvador fazer uma caminhada igual a essa. De Salvador, vou voltar a Brasília. Vou participar de um debate, de uma entrevista. Depois vou para Juiz de Fora fazer uma passeata. Depois vou para Belo Horizonte fazer uma passeata. Depois vou para o Rio

de Janeiro fazer uma passeata. Depois vou terminar no sábado em uma passeata em São Paulo”, afirmou o presidente no comício. “Quando chegar o dia 4 de outubro, todos temos de saber o que fazer. Eu, depois que votar, vou ficar em casa votando pela mão de vocês”, completou.

Este é mais um indicati-

vo de que o presidente não pretende ir ao debate promovido pela Globo.

O presidente não confirmou em momento algum sua participação. Ao longo da campanha, porém, houve indicativos de que Lula poderia participar ao menos de um debate no primeiro turno - justamente esse promovido pela Globo.

Governo prorroga o Desenrola Rural até janeiro de 2027

Descontos no programa de renegociação de dívidas podem chegar a 100%, aplicados apenas sobre juros, multas e encargos legais. O Desenrola MEI também foi estendido

Estadão Conteúdo

O governo federal anunciou nesta terça-feira, 29, a prorrogação do Desenrola Rural e do Desenrola MEI até 29 de janeiro de 2027.

O Desenrola Rural é dividido em três modalidades: transação por capacidade de pagamento (Capag), débitos de difícil recuperação ou irrecuperáveis e transação de pequeno valor.

Os descontos também podem chegar a 100%, aplicados apenas sobre juros, multas e encargos legais (vedado desconto sobre o principal), mas limitam-se a 65% do valor total da dívida. Grupos prioritários contam com limite de desconto ampliado para 70% do valor total.

Já o Desenrola MEI é direcionado a microempreendedores individuais que possuam débitos inscritos em dívida ativa da União no valor total de até

R\$ 20.000,00. Os descontos podem chegar a 100%, aplicados apenas sobre juros, multas e encargos legais (vedado desconto sobre o principal), mas limitam-se a 70% do valor total da dívida.

A AGU também lançou edital de transação por adesão específico para microempreendedores individuais que possuem dívidas com autarquias e fundações públicas federais, de até cinco salários mínimos, de natureza tributária ou não tributária, o que abrange órgãos como Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A estimativa é de que o edital beneficie 10 mil devedores, com dívida estimada de R\$ 50 milhões.

Serão contemplados créditos inscritos em dívida ativa até 28 de setembro de 2025, com prazo de adesão de 16 de outubro de 2026 a 31 de março de 2027. O desconto, de 50%, com pagamento em até 60 meses, incide sobre o valor consolidado do crédito, incluídos o principal, os juros, as multas e os encargos legais.

Desenrola para ex-bolsistas

A AGU ainda lançou dois editais de transação por adesão para ex-bolsistas

do CNPq e da Capes que possuem dívidas com essas entidades, relacionadas a bolsas recebidas no País ou no exterior. A oportunidade, que inclui créditos inscritos em dívida ativa, tem prazo de adesão de 16 de outubro de 2026 a 31 de março de 2027 e oferece várias opções de redução: desde 70% para pagamento à vista até 30% para pagamento em 84 meses. O desconto incide sobre o valor consolidado do crédito, incluídos o principal,

os juros, as multas e os encargos legais, mas não poderá resultar em valor inferior ao montante principal do crédito.

“As transações para CAPES e CNPq decorrem do reconhecimento, pela AGU, da presença de relevante interesse regulatório para equacionamento das dívidas de ex-bolsistas dessas entidades”, disse a AGU. Nesse caso, são aproximadamente mil devedores com débitos totais no valor de R\$ 180 milhões.

Marcelo Camargo / Agência Brasil



O Desenrola Rural foi desenvolvido de forma conjunta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério da Fazenda, de Dario Durigan

Apostas ilegais: Anatel derruba sites

Ministérios da Justiça e da Fazenda indicaram mais de 5 mil plataformas; 2,3 mil já caíram

Estadão Conteúdo

Os ministérios da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o da Fazenda intensificaram as ações contra a oferta de apostas irregulares no ambiente digital. Até esta terça-feira (29), foram pedidas a derrubada de 5.209 domínios

relacionados à exploração ilegal de apostas.

Desse total, 1.386 foram indicados pela Secretaria Nacional de Direitos Digitais (Sedigi/MJSP) e 3.823 pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), da Fazenda.

Até agora, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) determinou a derrubada de 2.387 do total de domínios pedidos. As medidas fazem parte da imple-

mentação da Medida Provisória (MP) 1.394/2026, que proibiu a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade de loterias de apostas de quota fixa no território nacional.

A lista de domínios identificados pelo MJSP e pelo Ministério da Fazenda está sendo consolidada em articulação entre os órgãos para subsidiar novas medidas de bloqueio e responsabilização.

A atuação inclui o monitoramento contínuo do ambiente digital, o compartilhamento de informações entre órgãos públicos e a identificação dos responsáveis pelas operações.

Além dos sites, a ofensiva alcançou redes sociais, lojas de aplicativos e outras plataformas digitais.

A operação resultou na remoção de 300 páginas do Facebook e 90 perfis do

Instagram utilizados para divulgar, promover ou facilitar o acesso a apostas irregulares.

O Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP), também iniciou nesta terça-feira uma atuação voltada à remoção de conteúdos relacionados à divulgação de apostas irregulares no TikTok.

TRANSPORTES | Rodovias

Motiva RioSP vai implantar corredor logístico sustentável na Dutra

Projeto aprovado pela ANTT prevê eletromobilidade, integração com o Porto de Itaguaí e ações de desenvolvimento territorial

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Motiva RioSP vai implantar um Corredor Logístico Sustentável de Transporte Multimodal no trecho concedido da BR-116/RJ/SP, a Rodovia Presidente Dutra. O projeto foi selecionado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no processo do Sandbox Regulatório nº 02/2025, com resultado aprovado nesta segunda-feira (28), durante a 1.042ª Reunião de Diretoria Pública da agência.

A proposta reúne iniciativas de descarbonização, integração logística, inovação tecnológica, segurança viária, inclusão socioeco-



Divulgação

uma das iniciativas previstas é a conexão da rodovia com o Porto de Itaguaí (RJ), fortalecendo a ligação entre a infraestrutura rodoviária e a cadeia logística portuária

nômica e desenvolvimento territorial sustentável. O projeto está estruturado em três frentes: Eletromobilidade; Integração entre Modais Logísticos; e Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Na integração entre modais, uma das iniciativas previstas é a conexão

da rodovia com o Porto de Itaguaí (RJ), fortalecendo a ligação entre a infraestrutura rodoviária e a cadeia logística portuária.

O projeto também prevê a eletrificação progressiva das frotas operacionais e administrativa da concessionária, além da implantação de infra-

estrutura de recarga para veículos elétricos e híbridos em bases operacionais e pontos estratégicos ao longo do corredor.

Na frente de Desenvolvimento Territorial Sustentável, estão previstas ações direcionadas aos municípios localizados na área de influência da BR-116.

A seleção da Motiva RioSP ocorreu após a análise da documentação e do Plano de Trabalho pela Comissão de Sandbox Regulatório. A proposta obteve 145 pontos, acima da pontuação mínima de 80 estabelecida no edital, e atendeu aos 15 critérios de avaliação.

Como não foram apresentadas outras propostas, não foi necessária a aplicação dos critérios de desempate.

Com a seleção, o projeto segue para a etapa de autorização temporária e implementação do ambiente regulatório experimental. Durante o Sandbox, a ANTT acompanhará a execução das iniciativas e os resultados obtidos, produzindo evidências sobre soluções de sustentabilidade, inovação e integração logística.

Os resultados poderão subsidiar o aperfeiçoamento da regulação e a evolução de futuros corredores logísticos sustentáveis.

ANTT autoriza contrato para concessão da Rota dos Sertões

Concessionária 116 Sertões foi considerada apta a assumir 502 quilômetros das BR-116 e BR-324 após cumprir exigências do edital

Da Redação

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou, nesta segunda-feira (28), a emissão do Ato de Outorga e a assinatura do contrato para a administração do sistema rodoviário

formado pelas BR-116/BA/PE e BR-324/BA, denominado Rota dos Sertões, com 502 quilômetros de extensão. A decisão foi tomada durante a 1.042ª Reunião de Diretoria Pública e permite avançar para a formalização da concessão.

O Consórcio 116 Sertões foi declarado vencedor do certame, com desconto final de 19,60% sobre a Tarifa Básica

de Pedágio. O resultado do leilão foi homologado pela Diretoria Colegiada em 16 de julho de 2026, por meio da Deliberação nº 202.

Após a homologação, a proponente vencedora encaminhou à ANTT os documentos necessários para a assinatura do contrato. A Comissão de Outorga analisou a documentação, com apoio da Superintendência de Infraestrut-

tura Rodoviária (SUROD) na avaliação das garantias e das apólices de seguro.

O cumprimento dessas exigências era necessário para a assinatura do contrato. Segundo a Comissão de Outorga, a documentação apresentada pela Concessionária 116 Sertões S.A. atendeu a todas as condições previstas no edital, tornando a empresa apta a

assumir a concessão.

O sistema concedido compreende 502 quilômetros das BR-116, na Bahia e em Pernambuco, e da BR-324, na Bahia. Com a autorização da Diretoria Colegiada, a ANTT poderá avançar para a formalização do contrato, que estabelecerá as condições e obrigações para a administração e operação das rodovias.



TRANSPORTES | Aeroportos

Governo prepara sistema antidrone para o Aeroporto de Guarulhos

Estrutura reunirá tecnologias de detecção, acompanhamento e resposta a aeronaves não autorizadas nas proximidades do terminal

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenews.com.br

O Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) poderá ser o primeiro do País a receber um sistema específico para detectar, monitorar, mitigar e neutralizar drones. O Ministério de Portos e Aeroportos encaminhou neste mês à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) diretrizes para a implantação da estrutura, que deverá ser adquirida e operada pela concessionária do aeroporto em articulação com órgãos federais de segurança e fiscalização.

A escolha de Guarulhos considera a relevância do aeroporto para a malha aérea nacional e o histórico de ocorrências envolvendo drones nas

proximidades da unidade. A estrutura deverá contar com mecanismos para identificar aeronaves não autorizadas, acompanhar sua aproximação e permitir a adoção das medidas previstas nos protocolos de segurança.

A implantação deverá envolver Anac, Polícia Federal, Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), Receita Federal e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A iniciativa ocorre em um cenário de aumento das ocorrências envolvendo drones no sistema de aviação civil. Dados do Deca mostram que foram registrados 57 casos no País em 2025, alta de 83,87% em relação ao ano anterior. As ocorrências representaram 12,1% das 471 ocorrências de segurança da aviação civil contabilizadas pelo órgão no

A ESCOLHA DO AEROPORTO DE GUARULHOS CONSIDERA A RELEVÂNCIA PARA A MALHA AÉREA NACIONAL E O HISTÓRICO DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO DRONES NAS PROXIMIDADES DO TERMINAL PAULISTA

período.

Segundo o Deca, o crescimento está relacionado à utilização indevida de aeronaves remotamente pilotadas em áreas sensíveis do sistema de aviação civil.

Segurança

O avanço do uso de drones acrescenta uma nova camada aos sistemas tradicionais de proteção de instalações de infraestrutura. Para Hen Harel, CEO e fundador da Ôguen e especialista em segurança perimetral e tecnologias antidrone, empresas e operadores precisam incorporar o espaço aéreo aos protocolos de proteção.

“Quando uma aeronave não autorizada se aproxima de uma instalação sensível, o primeiro passo é conseguir detectá-la, identificar de onde vem e entender seu comportamento com antecedência suficiente para acionar o protocolo adequado”, afirma.

A proteção pode combinar tecnologias como radar, análise de radiofre-

quência, sensores ópticos e sistemas de monitoramento. A resposta, porém, não se resume à neutralização da aeronave. Dependendo do ambiente, a identificação do equipamento, o acompanhamento de sua trajetória, o registro da ocorrência e o acionamento das autoridades podem ser etapas do protocolo de segurança.

O próprio governo federal reforçou, em agosto, as regras para operação de drones no País. O novo Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 100, da Anac, organiza as operações em três categorias, conforme o nível de risco. “A proteção moderna passa por integrar tecnologia, monitoramento humano e procedimentos claros antes que uma invasão aérea aconteça”, conclui Harel.

Montes Claros recebe mais de R\$ 200 milhões em obras no aeroporto

Terminal mais que dobrou de tamanho, ampliou a capacidade para 500 mil passageiros por ano e terá intervenções concluídas até o fim de 2026

Da Redação
redacao.jornal@redenews.com.br

O Aeroporto de Montes Claros Mário Ribeiro, no norte de Minas Gerais, está recebendo mais de R\$ 200 milhões em investimentos para ampliar a capacidade e modernizar a infraestrutura. Nesta terça-feira (29), o ministro de Portos e Aeroportos,

Tomé Franca, visitou o terminal e acompanhou as obras realizadas pela concessionária Aena.

O terminal de passageiros mais que dobrou de tamanho, enquanto a capacidade passou de cerca de 300 mil para 500 mil passageiros por ano. O pátio está sendo ampliado de 20 mil m² para 45 mil m², e a área comercial cresceu de cerca de 80 m² para mais de 660 m².

As intervenções incluem melhorias nas áreas de che-

ck-in, embarque, restituição de bagagens e infraestrutura operacional. Os trabalhos ocorrem sem interrupção das atividades e têm conclusão prevista até o fim deste ano.

Em 2025, mais de 340 mil passageiros passaram pelo aeroporto, alta superior a 40% em relação a 2022. Atualmente, o terminal opera dez voos diários, entre chegadas e partidas, com ligações para Congonhas, Guarulhos e Belo Horizonte.

Segundo Tomé Franca, os investimentos acompanham o crescimento da demanda regional. “O que estamos fazendo é preparar a infraestrutura para receber essa demanda nos próximos anos”, afirmou.

Ainda em Montes Claros, o ministro visitou o Acelen Agripark, centro de tecnologia dedicado à macaúba. Com 138 hectares, a unidade tem capacidade para germinar 1,7 milhão de sementes por mês e produ-

zir 10,5 milhões de mudas por ano.

A macaúba será a principal matéria-prima do projeto da Acelen Renováveis para produção de combustível sustentável de aviação (SAF) e diesel renovável (HVO). A futura biorrefinaria, em São Francisco do Conde (BA), terá capacidade para produzir 1 bilhão de litros de combustíveis renováveis por ano, com início das operações previsto para 2029.

TRANSPORTES | Portos

Estudo define estratégia para retirada de navio naufragado em Itajaí

Planejamento detalha metodologia para remoção do Navio Pallas no canal de acesso ao complexo portuário Itajaí-Navegantes

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebeneews.com.br

O Porto de Itajaí recebeu, em cerimônia realizada na sede da Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), o estudo final elaborado pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) para a remoção dos destroços do navio Pallas. A retirada da embarcação histórica é considerada uma das principais etapas para a qualificação do canal de acesso ao complexo portuário Itajaí-Navegantes.

Com mais de 400 páginas e 58 temas analisados, o estudo reúne levantamentos históricos, informações obtidas durante os trabalhos de mergulhos técnicos e avaliações das condições estruturais dos destroços. Também foram consideradas características do local, como a forte correnteza e a baixa visibilidade, que interferem diretamente nas ope-



Divulgação

O estudo da Univali reúne levantamentos históricos, informações obtidas durante os trabalhos de mergulhos técnicos e avaliações das condições estruturais dos destroços

rações subaquáticas.

Um dos principais resultados da pesquisa da Univali é de que a estrutura do navio se fragmentou e diversas das suas partes estão distribuídas pelo canal. Ou seja, a proposta apresentada não considera a remoção do navio como uma única estrutura.

A metodologia da universidade prevê uma operação gradual e controlada,

com utilização de tracionamento, associado a cortes em pontos específicos da estrutura, de forma a reduzir a necessidade de permanência dos mergulhadores em condições de baixa visibilidade e forte correnteza.

O estudo também dedica atenção à preservação histórica, onde os materiais de interesse que forem retirados devem ser identificados, registrados, foto-

grafados e submetidos a procedimentos adequados de conservação. A proposta considera que a remoção dos destroços deve conciliar a segurança da navegação e o desenvolvimento do Complexo Portuário com a preservação do patrimônio histórico relacionado ao naufrágio.

“Hoje nós não estamos recebendo apenas um estudo técnico. Estamos recebendo, de certa forma, uma chave que permite ampliar a capacidade do nosso canal, ampliar a capacidade do nosso complexo e permitir que Itajaí e Navegantes possam competir em igualdade de condições com os portos do país e do mundo. Queremos que o Pallas permaneça como uma parte importante do nosso passado, mas não como algo que impeça o avanço do nosso complexo portuário”, afirmou Artur Antunes Pereira, superintendente do Porto de Itajaí.

Durante a apresentação, Jules Soto, professor e

diretor de Museus da Univali, destacou que o trabalho envolveu uma equipe multidisciplinar e contou com a participação de profissionais do Porto de Itajaí, da Univali e da equipe responsável pelos mergulhos técnicos. Segundo o professor, as condições encontradas no local exigem que a segurança dos mergulhadores seja considerada como um dos principais critérios da operação.

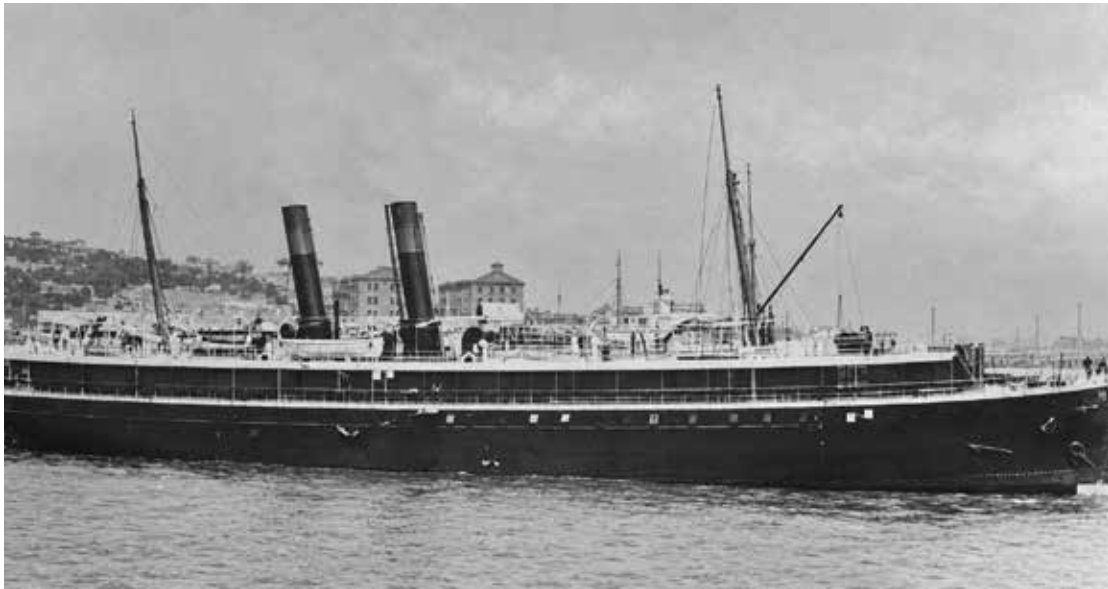
De acordo com a SPI, o estudo também recuperou informações sobre a história do Pallas e identificou materiais que podem ter relevância para a preservação da memória do naufrágio. A proposta é que elementos de interesse histórico sejam devidamente documentados e preservados durante o processo.

História

Construído na Inglaterra em 1891, o Pallas transportava cargas e passageiros entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, com escalas em Itajaí.

O navio naufragou em 23 de outubro de 1893, durante a Revolta da Armada, na região do Pontal da Barra de Itajaí, atualmente pertencente a Navegantes. Segundo registros históricos, a embarcação atingiu pedras submersas nas proximidades do atual molhe Norte.

Os destroços foram novamente identificados em 2017, durante trabalhos de dragagem para a implantação da nova bacia de evolução. Levantamentos posteriores indicaram que a embarcação pode estar partida ao meio, com estruturas metálicas e fragmentos de madeira espalhados pelo leito do rio.



O navio Pallas naufragou no dia 23 de outubro de 1893, durante a Revolta da Armada, ocorrida na região do Pontal da Barra de Itajaí, atualmente pertencente a Navegantes

Star Norge chega ao Pecém com cargas de energia, mineração e indústria

Embarcação trará 58 contêineres, 63 pás eólicas e um reator de derivação em operação de carga de projeto

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

O Porto do Pecém (CE) recebe, em 1º de outubro, o MV Star Norge, primeiro navio da classe N da G2 Ocean e uma das novas embarcações incorporadas à frota da companhia. Construído em 2026, o cargueiro tem 225 metros de comprimento, capacidade para transportar até 82,3 mil toneladas e quatro guindastes próprios, cada um com capacidade de movimentação de até 120 toneladas.

Procedente de Tianjin, na China, o navio chega ao Ceará com 58 contêineres, 63 pás eólicas e um reator de derivação, em uma operação de carga de projeto conduzida pela Tecer Terminais Portuários Ceará. Os diferentes equipamentos têm como destino em-



Divulgação

Vindo da China, o navio chega com 58 contêineres, 63 pás eólicas e reator de derivação, em uma operação de carga de projeto conduzida pela Tecer Terminais Portuários Ceará

presas dos setores de energia, mineração e indústria.

Os contêineres serão entregues à Amason Resource Group do Brasil, enquanto as pás eólicas têm como destino a Nordex Energy Brasil. Já o reator de derivação será destinado à Mineração Rio do Norte (MRN).

A capacidade de movimentar cargas de diferentes dimensões está relacionada à configuração do Star Norge, que conta com

quatro guindastes próprios de grande capacidade. A estrutura permite ao navio operar com equipamentos de grande porte e outros tipos de carga sem depender exclusivamente de equipamentos portuários.

O Star Norge iniciou suas operações comerciais no Brasil recentemente, com o transporte de 14,2 mil toneladas de celulose embarcadas em Paranaguá (PR) com destino à Ásia. No Pecém, a embarcação volta

a operar no País, desta vez em uma operação que reúne cargas destinadas a diferentes cadeias industriais.

Renovação da frota

O Star Norge integra o programa de renovação da frota da G2 Ocean, que prevê a incorporação de dez embarcações entre 2026 e 2029. Os novos navios foram projetados para transportar diferentes tipos de carga e contam com solu-

ções voltadas à eficiência energética.

Segundo a companhia, o projeto do Star Norge permite reduzir o consumo de combustível e as emissões por tonelada transportada. A embarcação também foi construída com preparação para o uso futuro de combustíveis alternativos, como metanol e amônia.

A configuração faz parte de uma nova geração de navios de carga geral e de projeto, que combina capacidade para transportar equipamentos de grande porte com recursos voltados à redução da intensidade de carbono das operações.

No Pecém, o perfil da carga evidencia essa versatilidade. Na mesma escala, o Star Norge transporta pás destinadas à indústria eólica, equipamentos para a indústria e um reator de derivação destinado ao setor de mineração.

BTP abre inscrições para capacitação de pessoas com deficiência

Programa BTP para Todos chega à 12ª edição e já qualificou mais de 300 profissionais para o mercado portuário

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A empresa Brasil Terminal Portuário (BTP) abriu as inscrições para a 12ª edição do programa BTP para Todos, que oferece capacitação

gratuita para pessoas com deficiência interessadas em conhecer a rotina e as possibilidades de atuação em um terminal de contêineres. As inscrições seguem até sexta-feira (2 de outubro).

Para participar, é necessário ter 18 anos ou mais, residir em um dos municípios da Baixada Santista, possuir Ensino Médio completo, apresentar laudo médico atualizado e currículo.

Também não é permitida a participação de pessoas que já tenham integrado edições anteriores do programa.

Criado em 2014, o BTP para Todos faz parte das ações de Diversidade, Equidade e Inclusão da companhia e já qualificou mais de 300 profissionais da Baixada Santista para o mercado de trabalho portuário.

A formação apresenta

aos participantes as atividades desenvolvidas em um terminal de contêineres e as diferentes áreas de atuação no setor. O conteúdo combina aulas teóricas, dinâmicas em grupo e contato com as operações realizadas nas instalações da empresa.

Entre os temas abordados estão tecnologia, equipamentos e operação portuária, comunicação, atendimento ao cliente,

meio ambiente, sustentabilidade, segurança e desenvolvimento comportamental.

As aulas são presenciais e acontecem nas instalações da BTP, na região da Alemoa, em Santos. Durante a capacitação, a empresa disponibiliza transporte entre o Centro de Santos e o terminal, localizado na margem direita do complexo portuário.

TRANSPORTE | Portos

Porto Piauí obtém alfandegamento para operações de comércio exterior

Autorização da Receita Federal vale por 25 anos e permite ao TUP de Luís Correia realizar procedimentos aduaneiros dentro do próprio terminal

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redenenews.com.br

A Receita Federal autorizou definitivamente o alfandegamento do Terminal de Uso Privado (TUP)

de Luís Correia, no Piauí, por 25 anos. O documento foi assinado na última sexta-feira (25) e publicado no Diário Oficial da União nesta segunda-feira (28). Com a medida, o Porto Piauí passa a contar com uma área alfandegada definitiva para operações de comércio exterior.

A autorização também encerra o modelo provisório utilizado pela Porto Piauí para receber e armazenar minério de ferro durante o período de comissionamento e testes do arranjo operacional. Com o alfandegamento definitivo, a pesagem e a validação das cargas passam a ser realizadas dentro do próprio terminal.

A área alfandegada soma quase 80 mil metros quadrados e inclui o armazém de minério de ferro, a plataforma de atracação, o pátio de circulação de veículos e o navio-pulmão Ventura, utilizado para armazenar o minério e realizar o transbordo para navios de classe oceânica.

O processo de alfandegamento começou em 2025, após a apresenta-

ção do projeto da área à Superintendência Regional da Receita Federal, em Fortaleza. A iniciativa é decorrente do Contrato de Adesão 04/2024, que autorizou a implantação do terminal.

Em setembro, uma comissão de auditores fiscais da Receita Federal realizou uma visita técnica ao TUP de Luís Correia para verificar as condições da estrutura. A inspeção incluiu sistemas de monitoramento, iluminação, controle de acesso e cercamento da área.

Após a análise, a Receita Federal aprovou o alfandegamento definitivo.

A área alfandegada é o espaço destinado ao controle aduaneiro de mercadorias que entram ou saem do País. Nela são realizados procedimentos

de conferência e validação das cargas antes das operações de importação ou exportação.

No TUP de Luís Correia está instalado o Terminal de Minério (Temin), estrutura destinada à movimentação do minério de ferro até o embarque.

Para o presidente da Porto Piauí, Raimundo Dias, a autorização representa mais uma etapa para a consolidação da infraestrutura portuária. “Esta é mais uma aprovação fundamental para o funcionamento do nosso porto, mas também uma demonstração da excelência do nosso projeto portuário. Com o alfandegamento, podemos dizer a todo o mercado nacional e internacional: estamos prontos”, destacou.



Divulgação

A autorização encerra o modelo provisório utilizado pelo terminal para receber e armazenar minério de ferro durante o período de comissionamento e testes do arranjo operacional

Porto do Açu amplia área da OceanPact e prevê até 300 metros de cais

Carta de intenções adiciona 27 mil m² à área da empresa e estabelece preferência para expansão que pode chegar a 105 mil m²

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redenenews.com.br

O Porto do Açu e a OceanPact assinaram uma Carta de Intenções para ampliar a área ocupada pela empresa no complexo portuário de São João da Barra (RJ). O acordo prevê a adição imediata de cerca de 27 mil metros quadrados à área atualmente utilizada

pela OceanPact e estabelece direito de preferência para uma futura expansão que poderá viabilizar até 300 metros de cais privativo para embarcações de apoio e serviços offshore.

O documento foi assinado na quinta-feira (24), durante a feira Rio Oil & Gas (ROG.e), no Rio de Janeiro. Com a expansão imediata, a OceanPact passará a contar com aproximadamente 72 mil metros quadrados no Porto do Açu, considerando os 45 mil metros quadrados já ocupados pela empresa.

A parceria também prevê o direito de preferência para a incorporação de outros 60 mil metros quadrados, incluindo aproximadamente 100 metros de acesso ao canal. A área adicional poderá ser utilizada para a implantação de uma estrutura de cais de até 300 metros, ampliando a capacidade da empresa para atender embarcações de apoio e serviços offshore.

A OceanPact está instalada no Porto do Açu desde 2014 e utiliza a infraestrutura do complexo como base

para operações de resposta a emergências ambientais, suporte marítimo e serviços subsea.

Segundo o diretor de Terminais e Logística do Porto do Açu, João Braz, a ampliação fortalece a posição do complexo como infraestrutura de apoio à indústria de óleo e gás. “A parceria amplia possibilidades de desenvolvimento e fortalece a posição do Açu como plataforma estratégica para a indústria de óleo e gás”, afirmou.

O CCO da OceanPact,

Erik Cunha, destacou que a expansão permitirá ampliar a capacidade operacional da empresa diante do crescimento da demanda do setor. “Nossa parceria com o Porto do Açu se consolida e permite a expansão das atividades para atender à crescente demanda do setor”.

Localizado em frente à Baía de Campos, o Porto do Açu concentra operações de apoio à cadeia de óleo e gás, incluindo atividades relacionadas à exploração, produção e descomissionamento de plataformas.



ROSA DOS VENTOS

Transações, capital e financiamento em portos, óleo e gás e navegação



MATHEUS OLIVA
Jornalista

O Tecon Santos 10 mostra como o Brasil reduz o valor de seus próprios ativos. Em discussão desde 2022, o maior projeto de expansão de contêineres de Santos continua preso a mudanças nas regras, disputas entre órgãos públicos e revisões concorrenciais. Esse atraso tem preço: adia capacidade, encarece o financiamento e obriga investidores a incluir o risco institucional em suas propostas. A burocracia brasileira, fonte de infindáveis regulações, tornou-se um fator de imprevisibilidade e reduz a eficiência do país na atração de capital. Enquanto o processo se prolonga, os grandes armadores europeus ampliam sua presença em rotas e terminais. Correndo por fora, a ICTSI amplia sua presença no mercado brasileiro. Depois de avançar sobre Aratu, integra logística e operação portuária no Rio de Janeiro e tem capital e experiência para disputar o STS 10. A Petrobras oferece outro sinal: após bilhões destinados à política de conteúdo local, negocia uma nova plataforma com um grupo malaio enquanto estaleiros brasileiros permanecem ociosos. Ao sul, a Argentina transforma Vaca Muerta em plataforma de expansão regional. O Brasil tem mercado, carga, petróleo e gás, mas converte mal essas vantagens em investimento. Sem decisões rápidas, coordenação pública e regras estáveis, o capital será aplicado onde o retorno dependa menos da burocracia.

COMPRARAM fusões e aquisições

1 Cade mantém sob exame a configuração do maior leilão portuário do Brasil

O Tribunal do Cade manteve em 23 de setembro prazo determinado para as operações alternativas que reorganizariam o controle da Brasil Terminal Portuário, no Porto de Santos. A APM Terminals, do grupo Maersk, e a Terminal Investment Limited, ligada à MSC, detêm 50% cada. Se um dos grupos vencer o Tecon Santos 10, o desenho prevê a venda de sua metade na BTP ao outro sócio. O Cade determinou nova instrução depois do leilão para examinar os vínculos remanescentes e a concentração resultante. Com R\$ 6,45 bilhões de investimento previsto, o certame definirá capacidade e concorrência no principal porto brasileiro.

2 ICTSI assume 100% da iTracker e amplia posição no Rio

A ICTSI, operadora portuária filipina controlada pela família Razon, comprou os 30% restantes da iTracker Logística Inteligente e passou a deter 100% da empresa. A vendedora foi a Tracker Logística, sócia brasileira desde a formação da sociedade, em 2020. O preço não foi divulgado; a ICTSI informou apenas que o pagamento em dinheiro é inferior a 10% de seu patrimônio líquido consolidado. A iTracker opera depósito de contêineres vazios, armazenagem e transporte rodoviário e ferroviário no Rio de Janeiro. A aquisição integra a expansão do grupo no país, que inclui R\$ 948 milhões no Rio Brasil Terminal até 2029.

3 Revisão da compra da ZIM importa para a concorrência no Brasil

A autoridade israelense responsável pela ação especial da ZIM encerrou em 29 de setembro a análise da estrutura original para a compra da armadora pela Hapag-Lloyd por US\$ 35 por ação, ou cerca de US\$ 4,2 bilhões. Qualquer desenho revisto terá de reiniciar a análise e receber antes a aprovação dos conselhos da ZIM, da Hapag-Lloyd e da FIMI. O prazo para novo pedido termina em 6 de outubro. Para o Brasil, onde o transporte marítimo de longo curso depende de poucos grandes grupos, uma eventual combinação interessa pelo possível efeito sobre oferta de capacidade, frequência de serviços e poder de negociação dos embarcadores.

INVESTIRAM capex e decisões finais de investimento

4 Petrobras negocia P-88 de US\$ 2,297 bilhões sem estaleiro brasileiro

A Petrobras abriu negociação comercial com a Yinson Production depois de considerar tecnicamente válida a proposta de US\$ 2,297 bilhões para a P-88, destinada ao campo de Albacora, na Bacia de Campos. A contratação ainda não foi concluída. A unidade processará 120 mil barris de petróleo e 4,3 milhões de metros cúbicos de gás por dia, com primeiro óleo previsto para depois de 2031. O fornecedor projetará, construirá e operará a plataforma antes de transferi-la à Petrobras. Nenhum estaleiro brasileiro apresentou proposta. O investimento amplia a produção nacional, mas expõe a perda de capacidade local para disputar grandes encomendas offshore.

5 Encomendas equivalem a 45% da frota e podem alterar fretes no Brasil

A carteira mundial de encomendas de porta-contêineres alcançou 1.925 navios e 15,6 milhões de TEU em 22 de setembro, o equivalente a 45% da frota em operação e a maior proporção desde 2009. Um ano antes, estava em 31,7%. A Maersk confirmou 26 novos navios de 18.600 TEU, cerca de 484 mil TEU, para 2029 e 2030. Para o Brasil, a expansão pode liberar capacidade e aliviar fretes no médio prazo, mas o efeito não será automático: os maiores navios se concentram nas rotas principais, e a oferta à costa brasileira dependerá da realocação da frota,

da demanda e da capacidade dos terminais nacionais.

6 CMA CGM e MSC reforçam a concentração da construção naval na China

Fontes de corretagem atribuem à CMA CGM 12 porta-contêineres de 24.000 TEU no estaleiro chinês Yangzijiang, com preços estimados entre US\$ 245 milhões e US\$ 250 milhões por navio. A armadora ainda não confirmou publicamente a encomenda. A MSC, segundo fontes do mercado, contratou seis unidades de 21.700 TEU na Zhoushan Changhong por cerca de US\$ 225 milhões cada, ou US\$ 1,35 bilhão. Para o Brasil, os contratos reforçam duas tendências: a concentração da construção de grandes navios na Ásia e a dependência de decisões de frota tomadas fora do país. Recuperar escala industrial exigirá encomenda recorrente, financiamento e previsibilidade.

FINANCIARAM crédito e project finance

7 Argentina LNG amplia a pressão competitiva sobre o gás no Brasil

O Exim Bank dos Estados Unidos e a YPF assinaram um term sheet para avaliar até US\$ 6 bilhões no Argentina LNG. A proposta, sujeita à aprovação do conselho do banco, cobre bens e serviços americanos. YPF, Eni e XRG projetam duas unidades flutuantes de liquefação, com 12 milhões de toneladas anuais a partir de 2031. Para o Brasil, o movimento importa antes mesmo das exportações de GNL: o gás de Vaca Muerta já chegou em pequeno volume pelo gasoduto boliviano. O avanço argentino aumenta a pressão por preço sobre o gás nacional, o gás da União e o biometano. O leilão estruturante previsto para 2027 deverá medir essa disputa.

CONTRATARAM serviços e acordos

8 ANP contrata a B3 para modernizar os leilões brasileiros

A Agência Nacional do Petróleo contratou a B3 por cinco anos e R\$ 32,9 milhões para prestar assessoria técnica e apoio operacional às licitações de exploração e produção no Brasil. A ANP continuará responsável pelas áreas ofertadas, pelos editais, pela habilitação, pelo julgamento e pela homologação. A participação da B3 não começa de imediato: será preciso desenvolver a plataforma digital e adaptar os editais. O contrato alcança as ofertas permanentes de concessão e de partilha. A aposta é reduzir fricção operacional e ampliar a capacidade do país de atrair capital para novas áreas.

9 Acordo pode liberar R\$ 416,9 milhões ao Porto de Santos

A Autoridade Portuária de Santos e o Centronave, que representa armadores de contêineres, aprovaram acordo para encerrar o litígio sobre a tarifa de acesso aquaviário iniciado em 2022. Os depósitos judiciais somavam R\$ 416,9 milhões em 30 de junho de 2026, ante R\$ 103 milhões em 2022. O ajuste estabelece descontos por frequência e modalidade de navegação, aplicáveis a todos os usuários nas mesmas condições. O dinheiro permanece bloqueado e depende de homologação judicial. Para o maior porto do Brasil, o acordo reduz incerteza tarifária e pode devolver recursos relevantes à infraestrutura.

ENTRARAM E SAÍRAM private equity e desinvestimento

10 Compra da Euroports oferece referência ao capital portuário no Brasil

A A.P. Moller Capital assinou a compra de 53,35% da controladora da Euroports, rede de 50 terminais na Europa e na China. O preço depende do Ebitda de 2026 e o fechamento, de aprovações. Sem ativos brasileiros, o negócio confirma a procura por plataformas portuárias com escala e potencial de consolidação.

PETRÓLEO E GÁS

Petrobras assina contrato de 22 anos para comprar gás dos EUA

Acordo da estatal com a Cheniere prevê a compra de 800 mil toneladas de GNL por ano. Estratégia adotada diminui volatilidade de preço, segundo informou a companhia brasileira

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebenews.com.br

A Petrobras fechou um contrato de longo prazo para comprar Gás Natural Liquefeito (GNL) dos Estados Unidos por um período de 22 anos. O anúncio foi feito pela petroleira brasileira nesta terça-feira (29) e é o segundo em um período de cerca de um mês.

O GNL é o gás que passa pelo processo de resfriamento a ponto de se tornar líquido e ocupar volume 600 vezes menor (1/600), de forma que possa ser transportado por navios. Com isso, não precisa de gasoduto interligando comprador e vendedor.

A vendedora para a Petrobras é a Cheniere Marketing, subsidiária da Cheniere Energy, principal produtora e exportadora de GNL dos Estados Unidos. O contrato prevê a compra de 800 mil toneladas de GNL por ano.

De acordo com a estatal brasileira, a contratação de volumes de longo prazo reflete a estratégia

de reduzir a exposição à volatilidade do mercado spot de GNL. O mercado spot é a compra e venda para entrega de curto prazo, mais suscetível a mudanças de preço por diversas conjunturas.

A Petrobras afirma ainda que a contratação “fortalece a gestão de riscos do portfólio de gás natural e amplia a flexibilidade e segurança para atender aos contratos”.

No Brasil, o gás natural tem entre as finalidades servir de combustível para termelétricas, residências e indústrias, que também podem utilizar com matéria-prima.

A Cheniere Energy detém um dos maiores por-

tfólios de liquefação do mundo, composto pelos terminais de Sabine Pass e Corpus Christi, nos estados americanos de Luisiana e do Texas.

No fim de agosto, a Petrobras tinha assinado outro contrato de compra de longo prazo de GNL. Dessa vez, com a Semptra Infrastructure, referente a 800 mil toneladas anuais, durante 20 anos, a partir do Terminal de Liquefação de GNL de Port Arthur, no Texas.

Foz do Amazonas

O Ministério Público Federal (MPF) voltou a pedir a suspensão da licença ambiental concedida à Pe-

trobras para explorar petróleo na bacia da Foz do Amazonas. A ação, protocolada no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) na segunda-feira (28), pede a paralisação imediata de qualquer atividade de perfuração ou teste no bloco marítimo FZA-M-59.

O recurso contesta a decisão da Justiça Federal do Amapá que, na quarta-feira (23), decidiu extinguir a ação civil pública movida pelo MPF contra a União, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Petrobras.

A sentença assinada pelo juiz Anselmo Gonçal-

ves da Silva diz que existem outras duas ações com o mesmo teor em tramitação na Justiça, algo proibido pelo ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, determina aplicação de multa ao MPF por litigância de má-fé, ou seja, interpreta que o órgão entrou com nova ação para prejudicar o processo em andamento.

No novo recurso, o MPF afirma que a sentença ignorou riscos graves ao ecossistema marinho, descumpriu compromissos climáticos do Brasil e desrespeitou tratados internacionais sobre direitos humanos.

Argumenta ainda que surgiram fatos recentes que comprovam a insegurança da atividade na região, como o vazamento de mais de 18 mil litros de fluido químico no mar na operação de uma sonda em janeiro deste ano.

O MPF também diz que a autorização inicial do Ibama previa apenas a perfuração de um poço chamado Morpho durante cinco meses, mas o cronograma teria sido alterado para permitir a abertura de quatro poços com atividades até 2029. Algo que, segundo o MPF, demandaria novos estudos ambientais.



Divulgação

De acordo com a Petrobras, a contratação “fortalece a gestão de riscos do portfólio de gás natural e amplia a flexibilidade e segurança para atender aos contratos”

Diesel S-10 volta a pressionar preços

Combustível teve alta de 2,7% em setembro, após quatro quedas seguidas, aponta IPTL

Estadão Conteúdo

Os preços dos combustíveis voltaram a subir no Brasil em setembro, interrompen-

do uma sequência de quatro meses de queda até agosto, segundo o Índice de Preços Edenred Ticket Log (IPTL). O diesel S-10 liderou a alta, com avanço de 2,70% e preço médio de R\$ 7,24 por litro, enquanto o diesel comum subiu 1,33%, para R\$ 6,84.

O etanol também ficou mais caro, com aumento de 2,66%, a R\$ 4,24 por litro, e a gasolina foi o único combustível estável, com preço médio de R\$ 6,73.

A alta do diesel coincidiu com o início do plantio da safra 2026/27, período de maior demanda para abas-

tecer máquinas e ampliar o transporte no campo, em um cenário ainda pressionado pela volatilidade das cotações internacionais do petróleo, avaliou a Edenred.

Em meio a preocupações com logística, o governo federal descartou risco de desabastecimento e dis-

se acompanhar o fornecimento. Para reduzir impactos sobre frete e custos de produção, o Ministério da Fazenda prorrogou por 30 dias a subvenção ao diesel A, mantendo o subsídio de R\$ 2,12 por litro, medida que entrou em vigor no domingo, 27.

InfraJUR

Encontro de Direito de
Transportes, Energia e Mineração

FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT 2026

7 DE OUTUBRO 17h00

PAINEL INFRAJUR

Estabilidade regulatória e previsibilidade
para investimentos no setor de
infraestrutura

- ♦ Autonomia das agências reguladoras
- ♦ Fiscalização de serviços fundamentais sem viés político
- ♦ Investimentos em estrutura e quadro de profissionais

MODERAÇÃO



**LUCIANA
MATTAR**

Sócia-fundadora do
Mattar Vilela Advogados



**THIAGO
MILLER**

Sócio-proprietário da
Advocacia Ruy de
Mello Miller



**GUILHERME
SAMPAIO**

Diretor-Geral
da ANTT



**MAURO HENRIQUE
MOREIRA SOUZA**

Diretor-Geral
da ANM



**FREDERICO
DIAS**

Diretor-Geral
da ANTAQ

DEBATEDORES

Demais participantes a confirmar

**Royal Tulip Alvorada
Brasília - DF**

Confira a Programação em
www.forumbrasilexport.com.br



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News

**BRASIL
EXPORT**
FÓRUM NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO

APOIO INSTITUCIONAL



PAPO DE COMPLIANCE

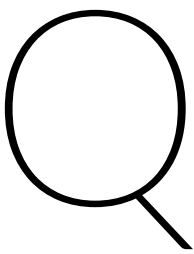


SELMA CULTURATI VASQUEZ

Economista, mestre em Administração e Pesquisa em Estratégia e Inovação, com experiência nas áreas corporativa e acadêmica voltadas a Finanças e Negócios
opinioao@portalbenews.com.br

ORGANIZAÇÃO

Governança que conecta: como alinhar empresas diferentes sem perder agilidade



Quando se cria um grupo empresarial, podemos encontrar uma diversidade variável – em maior ou menor volume – entre as empresas ligadas a uma única marca; e, ao analisarmos a composição dessa organização como um todo, começa o alinhamento entre as regras que devem ser seguidas pelas empresas ligadas. Claro é que existem necessidades comuns de regulações entre todos os negócios; como da mesma forma, existirão regras específicas a cada diferente área/empresa que está vinculada a esse único “guarda-chuva”.

Embora o grupo seja visto em sua totalidade como um único negócio, as regras comuns que permeiam as ações de cada uma de suas empresas são aquelas que normalmente estão especificadas no Código de Ética e Conduta, ao qual espera-se adesão integral de todos os colaboradores de todos os negócios ligados ao grupo. Mas, a depender de cada área de atuação e da abrangência das atividades exercidas por essas empresas, deveremos especificar regulações adicionais que obedecerão a legislações específicas, e acomodarão os diferentes níveis de risco a que cada parte está exposta.

Quanto maior for a diversificação dos negócios realizados pelo grupo, maior será o nível de regramento a ser praticado por cada uma de suas empresas, pois, tanto que a participação societária seja integral ou parcial, o contexto de entrega de produtos e atividades será sempre associada à marca deste grupo. E é aqui que a atuação do compliance se torna ainda mais imprescindível.

Na análise dos riscos de cada atividade desempenhada, podemos construir uma matriz de riscos e identificar quais são as áreas e operações mais sensíveis e que demandam maior grau de atenção, estabelecendo por consequência, maior possibilidade de exposição da marca. Esse cuidado em antecipar regras que mitiguem possíveis riscos se dá por vários prismas, como por exemplo, ações que possam evitar riscos reputacionais, jurídicos, fiscais, econômicos, de segurança e outros mais.

Como a expansão por meio de novas unidades de negócio, aquisições, fusões ou participações societárias pode reunir atividades com características muito diferentes sob uma mesma marca, criar procedimentos idênticos não se apresenta como a maneira mais eficiente de controle. Se desconsiderarmos as particularidades de cada operação, poderemos estipular controles desnecessários, asoberbando as empresas com excessivas etapas à sua atuação; ou, ao contrário, deixar de ter operações fluidas e controladas por não haver um regramento ajustado ao seu modelo de negócio. Tudo dependerá de cada empresa e de cada produto/serviço que se espera de sua entrega. Não há uma fórmula exata e nem a ideal “receita de bolo” para fazer a adequada integração de todas as operações do grupo em questão.

Quando não nos preocupamos em atender às necessidades específicas

de cada uma das empresas ligadas, corremos o risco de dar uma autonomia desenfreada a cada parte. Cabe lembrar que, por exemplo, se uma das empresas do grupo passar por um problema reputacional, tanto a “marca do guarda-chuva” quanto as demais empresas que a ele estão vinculadas, também sofrerão o impacto em seus negócios em alguma medida. E além do risco reputacional, podem ocorrer outras situações em que controladoras, controladas, coligadas e consorciadas poderão eventualmente responder solidariamente pelo pagamento de multas e reparação de danos, conforme os limites e situações determinados pela Lei Anticorrupção. Estamos falando de situações extremas, mas que podem ocorrer.

Como mencionamos acima, valores éticos, prevenção à corrupção, respeito às pessoas, transparência, tratamento adequado de conflitos de interesses, proteção das informações, funcionamento do canal de integridade, responsabilidade pelas entregas e responsabilização diante de desvios, são inegociáveis, pois formam o fio condutor das tomadas de decisões do empreendimento. No entanto, os controles internos específicos de cada operação, podem e devem ser adaptados a cada empresa. Limites e instâncias hierárquicas de aprovação, critérios para contratação de pessoas, de terceiros e de serviços, treinamentos e demais controles internos terão sua extensão de acordo com o tamanho e com a relevância de operação e de cada parte do grupo.

Por isso, governar um grupo diversificado exige uma arquitetura em camadas. A holding ou empresa controladora estabelece princípios, responsabilidades e controles essenciais. As unidades de negócio desenvolvem procedimentos compatíveis com suas atividades, mantendo-se dentro dessas diretrizes. Entre as empresas individuais e a “empresa mãe”, devem existir comunicação contínua, indicadores, prestação de contas e mecanismos de supervisão. Quanto maior a possibilidade de exposição, maior deverá ser o nível de controles estabelecidos.

Este contexto não caracteriza uma flexibilização da ética, mas representa a maneira mais lógica de integrar diferentes negócios atuantes sob uma única marca.

A boa governança garante não ser uma entidade de fiscalização ao criar uma linguagem comum, definindo limites claros e mantendo canais para que riscos, dúvidas e exceções sejam comunicados antes de se tornarem problemas.

Com esse posicionamento, assegurará que todas as partes tomem decisões orientadas pelos mesmos compromissos. Na verdade, forma a estrutura que protege o grupo permitindo que cada negócio preserve sua capacidade de responder ao mercado.

A coluna Papo de Compliance, da economista Selma Culturati Vasquez, é publicada semanalmente no BE News, nas edições de quarta-feira. Contato pelo e-mail: compliance@grupobrasilexport.com.br.

QUANTO MAIOR FOR A DIVERSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS REALIZADOS PELO GRUPO, MAIOR SERÁ O NÍVEL DE REGRAMENTO A SER PRATICADO POR CADA UMA DE SUAS EMPRESAS

Governo Central registra déficit de R\$ 13,6 bilhões em agosto

O desempenho superou as projeções do mercado, que esperava déficit de R\$ 16 bilhões. De janeiro a agosto deste ano, o déficit primário chegou a R\$ 94,9 bilhões

Agência Brasil

Estadão Conteúdo

O Governo Central registrou déficit primário de R\$ 13,6 bilhões em agosto, informou nesta terça-feira (29) o Tesouro Nacional. O resultado foi melhor que o registrado em agosto de 2025, quando o saldo negativo ficou em R\$ 15,5 bilhões.

O desempenho também superou as projeções do mercado, que esperava déficit de R\$ 16 bilhões. Em valores corrigidos pela inflação, a receita líquida cresceu 3,5% em relação a agosto de 2025, enquanto as despesas avançaram 1,9%.

O resultado conjunto do Tesouro Nacional e do Banco Central foi superavitário em R\$ 5 bilhões no mês. A Previdência Social registrou déficit de R\$ 18,6 bilhões.

Apesar da melhora em agosto, o saldo acumulado

do ano continua pior que o observado no mesmo período de 2025. De janeiro a agosto, o déficit primário do Governo Central chegou a R\$ 94,9 bilhões, ante R\$ 85,9 bilhões nos oito primeiros meses do ano passado.

O avanço da arrecadação foi puxado pelas receitas administradas pela Receita Federal, que cresceram 5,6% acima da inflação. Destacaram-se os aumentos da Cofins, do Imposto de Importação e do IPI.

A arrecadação líquida da Previdência Social aumentou 6,3%, favorecida pela melhora do mercado de trabalho, que apresentou crescimento real de 2,9% da massa salarial; pelos maiores recolhimentos do Simples Nacional e pelos efeitos da reoneração gradual da folha de pagamentos.

As receitas ligadas à exploração de recursos naturais também contribuíram para o resultado, impulsionadas pela comercialização de petróleo e gás natural pela Pré-



O resultado conjunto do Tesouro Nacional e do Banco Central foi superavitário em R\$ 5 bilhões no mês

-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Despesas

Pelo lado das despesas, o principal fator de pressão sobre as contas públicas foi o repasse de recursos ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), inexistente em agosto do ano passado.

Segundo o Tesouro Nacional, R\$ 4,9 bilhões tiveram como destino esse fundo voltado às campanhas eleitorais.

Também cresceram os gastos com benefícios previdenciários (aumento de R\$ 2,7 bilhões); abono salarial e seguro-desemprego (R\$ 2,4 bilhões a mais).

Houve ainda aumento

dos créditos extraordinários destinados a medidas para reduzir os impactos econômicos dos conflitos no Oriente Médio (R\$ 1,3 bilhão).

Em sentido contrário, as despesas discricionárias recuaram em R\$ 5,6 bilhões. Desse total, a área da saúde teve suas despesas reduzidas em R\$ 2,9 bilhões.

Desemprego no país recua no trimestre

Taxa de 5,3 é a menor para os meses de junho, julho e agosto desde 2012, mostra IBGE

Agência Brasil

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em agosto ficou em 5,3%, a menor já registrada para o período desde 2012, quando se inicia a série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, o instituto registrou recorde no número de trabalhadores ocupados, carteira assinada, massa salarial e contribuição para a previdência.

O desempenho do de-

semprego no período de três meses até agosto representa recuo em relação ao trimestre móvel até maio (5,6%) e em comparação ao mesmo período de 2025 (5,6%). De acordo com a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, o resultado veio em linha com a expectativa de analistas do mercado.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta terça-feira (29).

O levantamento mostra que no trimestre até agosto a população ocupada atingiu

103,5 milhões de pessoas, a maior já registrada. Esse contingente representa alta de 0,8% em relação ao trimestre até maio, isto é, mais 774 mil trabalhadores.

A pesquisa revela ainda que os grupamentos de atividade que puxaram a alta da ocupação foram a indústria geral (crescimento de 2%, ou mais 265 mil pessoas) e construção (4,1%, ou mais 306 mil pessoas).

Carteira assinada

O número de empregados do setor privado com carteira assinada atingiu 39,5

milhões, também recorde. A população desocupada terminou o período em 5,8 milhões de pessoas, recuo de 4,6% (menos 281 mil) na comparação com o trimestre de março a maio.

A população desalentada, formada por aquelas pessoas que sequer procuram trabalho pois acreditam que não vão encontrar, somou 2,4 milhões até agosto - patamar estável em relação ao trimestre anterior e 11,9% menor (menos 317 mil) em relação ao mesmo período de 2025.

A taxa de informalidade - proporção de trabalhado-

res informais na população ocupada - foi de 37,5%, o que representa 38,8 milhões de pessoas. No trimestre anterior era 37,3%.

O IBGE aponta como informais os trabalhadores sem carteira e os autônomos e empregadores sem CNPJ. Essas pessoas não têm garantidas coberturas como seguro-desemprego, férias e 13º salário.

O rendimento mensal médio do trabalhador ficou em R\$ 3.777. No trimestre até maio era R\$ 3.752. O maior já registrado foi R\$ 3.804, no primeiro trimestre de 2026.

FINANÇAS

Com eleição no radar, Ibovespa interrompe sequência negativa

O principal índice da B3 subiu 0,46%, na casa dos 183 mil pontos. Penúltimo pregão de setembro ajudou na alta acumulada de 3,61% no mês. No ano, avança 14,1%

Estadão Conteúdo

Depois de começar o dia com tom mais negativo, o Ibovespa se firmou em alta durante a tarde e interrompeu a sequência de quatro quedas seguidas, descolado do desempenho das bolsas norte-americanas e amparado pelo posicionamento dos investidores às vésperas da eleição.

O setor de consumo foi destaque nas horas finais da sessão, após os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostrar um aquecimento do mercado de trabalho.

O principal índice da B3 subiu 0,46%, aos 183.827,59 pontos, muito perto da máxima de 183.951,05 pontos pouco antes do fechamento. O índice chega ao penúltimo pregão de setembro com alta acumulada de 3,61% no mês. No ano, avança



Divulgação / B3

O Ibovespa fechou nesta terça-feira muito perto da máxima de 183.951,05 pontos. O giro financeiro somou R\$ 20 bilhões

14,1%. O giro financeiro de hoje somou R\$ 20 bilhões.

O Caged mostrou uma criação de 165.827 postos de trabalho em agosto, acima do projetado. O dado aponta para um aquecimento da economia, tal qual a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), que mostrou uma taxa de desempenho em linha com as estimativas, mas com a população

ocupada no maior nível da série histórica.

Uma economia mais forte é, de um lado, negativo do ponto de vista de política monetária, já que enseja uma taxa de juros mais alta para controle inflacionário. Ao mesmo tempo, as empresas cíclicas, que sofrem com o juro elevado, encontram potencial alívio em termos de resultado financeiro. O Índice de Consumo da B3 (ICON) subiu 0,95%, en-

quanto o Índice Imobiliário (IMOB) teve alta de 1,55%. Quem limitou a alta do Ibovespa foi a Vale, em queda acima de 2%.

“O mercado melhorou depois que foi divulgado o Caged, acima do esperado, e isso fez com que as empresas ligadas ao setor de consumo melhorassem”, afirma Gabriel Mollo, analista de investimentos da Daycoval Corretora. “Já as empresas exportadoras de

commodities estão negociando em baixa, com destaque para a siderurgia.”

Eleições

No pano de fundo, as eleições seguem como grande ponto de atenção, especialmente de olho nas últimas pesquisas eleitorais que serão divulgadas nos próximos dias. A expectativa de um avanço da chapa à direita, que poderia representar, na visão do mercado financeiro, uma maior austeridade fiscal, ainda motiva um reposicionamento dos investidores.

“Se, por um lado, o Caged mostra a economia bastante aquecida e queremos, de certa forma, que ela desaqueça para diminuir a taxa de juros, por outro lado setores cíclicos que são dependentes de emprego podem se beneficiar. Mas acredito que realmente os investidores estejam olhando o ‘trade’ eleitoral, com a possibilidade de uma troca de governo”, diz Rodrigo Moliterno, head de renda variável da Veedha Investimentos.

Dólar cai, mas segue acima de R\$ 5,20

Divisa terminou a sessão desta terça-feira em leve baixa de 0,18% e fechou a R\$ 5,21

Estadão Conteúdo

Após trocas de sinal ao longo da tarde, o dólar se firmou em leve baixa frente ao real nas últimas horas do pregão desta terça-feira, em sintonia com a desaceleração da alta da moeda norte-americana e do retorno dos Treasuries de longo prazo, na esteira de declarações mais amenas de um dirigen-

te do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA).

Apesar da expectativa pela realização do primeiro turno da eleição presidencial no próximo domingo, 4, a dinâmica da formação da taxa de câmbio parece ter sido ditada pelo exterior.

Pela manhã, quando a maioria das divisas emergentes se apreciava, o dólar furou o piso de R\$ 5,20, registrando mínima de R\$ 5,1975. A virada para o campo positivo no início da tarde veio em meio às máximas

da moeda lá fora, com pico de R\$ 5,2416.

Com o alívio na reta final dos negócios, o dólar à vista terminou a sessão em baixa de 0,18%, a R\$ 5,2170. A moeda norte-americana acumula ganhos de 0,71% em setembro, depois de valorização de 2,16% em agosto.

O real tem, contudo, perdas bem inferiores às de outras divisas latino-americanas no mês, o que é atribuído em grande parte à percepção de aumento

das chances de vitória da oposição na disputa pelo Palácio do Planalto e, por tabela, de mudança da política fiscal.

O gerente de câmbio da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo, observa que, além da questão eleitoral, há movimentos técnicos típicos de fim de mês que adicionam volatilidade ao câmbio, como a rolagem de contratos no segmento futuro e a preparação para a disputa, na quarta-feira, em torno da última formação

da taxa Ptax de setembro.

“O mercado já parece mais cauteloso à espera da eleição”, afirma Galhardo, que vê possibilidade de apreciação do real caso o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, termine o primeiro turno poucos pontos percentuais à frente de Flávio Bolsonaro. “Podemos ver o dólar se acomodar temporariamente nos R\$ 5,10. Se Flávio for eleito, a taxa de câmbio deve ir para R\$ 4,90, com um piso em R\$ 4,50.”

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião

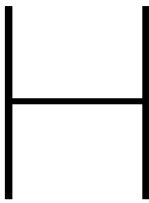


CÂNDICE LA TERZA
Jornalista e consultora
em Comunicação Corporativa

opinioao@portalbenews.com.br

COMUNICAÇÃO

A IA pode substituir tarefas. Mas quem substituirá a presença do líder?



há uma ironia interessante no centro da revolução da inteligência artificial: quanto mais tecnologia temos para acelerar a comunicação, maior se torna o valor da comunicação genuinamente humana.

A IA já escreve, resume, traduz, analisa dados, organiza informações e executa tarefas que antes consumiam horas de trabalho. O movimento é irreversível. O próprio debate empresarial já migrou de “se” vamos usar IA para “como” vamos reorganizar o trabalho a partir dela.

Mas há uma distinção que todo líder deveria manter muito clara: a IA substitui tarefas. Não substitui pessoas em sua dimensão humana, relacional e estratégica.

E comunicação é uma das provas mais evidentes disso.

Imagine uma diretoria comunicando uma mudança delicada: reestruturação, revisão de metas, alteração de benefícios ou uma nova estratégia de negócio. É perfeitamente possível produzir, com IA, um comunicado impecável. Texto claro, objetivo, elegante, personalizado. Pode até antecipar dúvidas e gerar diferentes versões para diferentes públicos.

Ainda assim, um e-mail não produzirá o mesmo efeito de um líder entrando na sala, olhando para sua equipe e dizendo: “Precisamos conversar. Vou explicar o que está acontecendo, o que sabemos, o que ainda não sabemos e o que isso significa para nós”.

A diferença não está nas palavras. Está na presença.

O colaborador não observa apenas o conteúdo de uma mensagem. Observa o tom, a expressão, a disposição para ouvir, a coerência entre discurso e comportamento e a coragem do líder de permanecer na conversa quando surgem perguntas difíceis.

É justamente por isso que a inteligência artificial deveria provocar uma valorização, e não uma redução, da liderança humana.

O Work Trend Index 2025, da Microsoft, aponta para organizações formadas por equipes híbridas de pessoas e agentes de IA e defende um modelo “AI-operated, human-led”. O relatório também destaca que a transformação exige comunicação intencional, conversas honestas e investimento em capacitação. A tecnologia pode ampliar a capacidade de execução. A direção, o julgamento e a responsabilidade continuam dependendo das pessoas.

O desafio, portanto, não é ensinar líderes a escrever mais rápido. É ensiná-los a conversar melhor.

Porque o líder que apenas informa continuará produzindo informação. O líder que comunica produz entendimento.

Essa diferença aparece especialmente na liderança intermediária.

A diretoria anuncia uma decisão. O comunicado é disparado. A apresentação é compartilhada. Mas quem explica a estratégia para o time?

Quem traduz o impacto para a realidade daquela área? Quem responde ao “por quê”? Quem percebe que uma pessoa aparentemente silenciosa está, na verdade, insegura?

É aí que a comunicação deixa de ser ferramenta e passa a ser competência de liderança.

Empresas que desejam capturar o potencial da IA precisam fazer uma pergunta menos tecnológica e mais humana: estamos preparando nossos líderes para conduzir pessoas em um ambiente de transformação permanente?

Um gestor não deveria ser promovido apenas porque entrega resultados técnicos. Precisa saber dar contexto, ouvir, fazer perguntas, conduzir conflitos, reconhecer erros, sustentar conversas difíceis e transformar estratégia em ação compreensível.

A IA pode sugerir a resposta para uma pergunta. Não pode assumir a responsabilidade moral pela resposta.

Pode identificar padrões em milhares de mensagens. Não substitui a percepção de que determinado colaborador mudou seu comportamento.

Pode preparar uma apresentação. Não entra na sala para sustentar uma decisão impopular diante de pessoas que precisam confiar em quem as conduz.

Pode escrever “estamos juntos nessa”. Mas somente um líder presente consegue demonstrar que está.

Talvez essa seja uma das grandes ironias da era da inteligência artificial: quanto mais máquinas assumirem tarefas, mais as organizações precisarão de pessoas capazes de exercer aquilo que máquinas não vivenciam: empatia, presença, discernimento, coragem, influência e vínculo.

Por isso, o investimento em IA não deveria caminhar sozinho. Deve vir acompanhado de investimento proporcional em comunicação e liderança.

O futuro do trabalho não será humano contra máquina. Será humano usando máquina para liberar tempo e energia para aquilo que realmente exige humanidade.

E cabe ao líder decidir o que fazer com esse tempo.

Se a IA lhe permitir responder cinquenta e-mails em menos tempo, talvez a pergunta estratégica seja: quantas conversas importantes você finalmente poderá ter?

Porque, no fim, liderança não será medida pela quantidade de mensagens que conseguimos automatizar.

Será pela qualidade das conversas que escolhemos não automatizar.

A confiança nasce justamente nessas conversas humanas.

Cândice La Terza escreve quinzenalmente para o BE News, com seus textos publicados às quartas-feiras.

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião



CHARLES M. SENNOTT

Correspondente premiado, autor de best-sellers e editor. Fundador do The GroundTruth Project e, atualmente, dedicado às suas próprias reportagens e à produção de conteúdo de referência por meio de sua newsletter da GroundTruth no Substack.
opinio@portalbenews.com.br

► **COMUNICAÇÃO**

Relembrando o 11 de Setembro como uma notícia local

O que aconteceria se o mesmo ataque ocorresse hoje, em meio à crise do jornalismo local?

Vinte e cinco anos atrás, na manhã de 11 de setembro de 2001, eu estava descarregando um caminhão de mudança em Londres. Havia acabado de concluir uma missão de cinco anos como chefe da sucursal do The Boston Globe no Oriente Médio, em meio à violência da Intifada e, particularmente, aos atentados a bomba em ônibus que atingiam alvos cada vez mais próximos de nós. Eu havia chegado a Londres para assumir um novo cargo: chefe da sucursal do Globe na Europa.

Naquela manhã fatídica, ainda não tínhamos tido tempo de instalar a televisão, contratar um pacote de TV a cabo ou configurar a internet; no entanto, enquanto desempacotava as coisas, mantinha ligado ao fundo o meu fiel rádio de ondas curtas da Sony. Eu ouvia a BBC e passava pouco das 13h46 (horário de Greenwich) quando a programação regular da Radio 4 foi interrompida por uma notícia urgente. O primeiro avião acabara de atingir a Torre Norte do World Trade Center. Dezesete minutos depois, o segundo avião sequestrado colidiu contra o prédio. Naquele momento, o mundo mudou. Os Estados Unidos estavam sob ataque e logo entrariam em guerra.

Oito anos antes, eu trabalhava como repórter de rua no New York Daily News e cobria o primeiro ataque ao World Trade Center — uma tentativa fracassada de derrubar as torres com um caminhão-bomba, mas que serviu como um esboço rudimentar para o 11 de Setembro. Foi graças ao meu trabalho de reportagem no Daily News que consegui a vaga para cobrir o Oriente Médio pelo Boston Globe.

Assim que a notícia do 11 de Setembro surgiu, comecei a usar meu celular para contatar fontes em todo o Oriente Médio, confirmando o que se tornava cada vez mais evidente: a visão monstruosa e apocalíptica apresentada na declaração de guerra santa de Osama bin Laden contra os Estados Unidos, feita em 1998, estava inegavelmente em curso. Comecei a escrever tudo o que sabia, acumulado ao longo de oito anos de reportagem que antecederam aquele momento; a história local do atentado a bomba de 1993 havia se transformado na história global do ataque aos Estados Unidos. Percebi que, dos quatro aviões sequestrados, dois haviam partido da minha cidade natal, Boston. Portanto, para o The Boston Globe, o 11 de Setembro também era, claramente, uma história local. Eu conhecia vários dos passageiros daqueles voos.

Em 19 de setembro, desembarquei no Tajiquistão e, em questão de um dia, já estava a caminho do Afeganistão, onde o Talibã ainda estava no poder e a Al-Qaeda operava abertamente. Entramos no país a bordo de um velho avião de carga pertencente à Aliança do Norte, a facção de combatentes alinhada aos EUA na derrubada do Talibã. Cobri essa história pelo Globe durante os cinco anos seguintes.

Um quarto de século após o 11 de Setembro, reflito sobre a cobertura de notícias internacionais feita pelos veículos de imprensa americanos naquela época e hoje. Pode-se afirmar que o compromisso assumido pelo Boston Globe com a nossa cobertura parece extraordinário nos dias de hoje; também é seguro dizer que não há muitos jornais do porte do Globe oferecendo aos leitores esse tipo de cobertura aprofundada sobre o mundo. O Globe ainda realiza algumas das melhores reportagens investigativas dos EUA, mas já não mantém uma editoria internacional.

Em 1993, no New York Daily News, concentrávamos nossa cobertura policial nos suspeitos e nas mesquitas militantes de Nova Jersey e do Brooklyn, onde eles haviam surgido. No entanto, o editor da seção local, Bill Boyle, enviou-me para cobrir as origens dos suspeitos do atentado — uma série de reportagens que me levou ao Egito, ao Sudão, à Cisjordânia e ao Paquistão para investigar as raízes da hostilidade no movimento islamista incipiente que mais tarde ficaria conhecido como Al-Qaeda. Hoje, o Daily News pertence a uma empresa de capital de risco que espremeu até o último centavo do jornal, deixando-o por um fio: com muito menos repórteres e recursos insuficientes até mesmo para cobrir os distritos periféricos da cidade — que dirá produzir reportagens aprofundadas sobre o Oriente Médio. A série de reportagens do Daily News de 1993 intitulava-se “Seeds of Terror” (Sementes do Terror) — uma abordagem que se revelou premonitória.

Esse tipo de reportagem aprofundada é cada vez mais raro hoje em dia. Ainda existem grandes organizações de notícias americanas que realizam e financiam reportagens ambiciosas in loco, como o New York Times, o Washington Post, a AP, a CNN e a NPR. Há também veículos internacionais, como a BBC, o Guardian e muitos outros, cujos jornalistas corajosos viajam para países em guerra, como a Ucrânia e o Irã.

No entanto, a ideia de um veículo de notícias de âmbito mais local cobrindo uma história global é praticamente inexistente. Por que isso acontece? Nunca informações confiáveis foram tão valiosas para os leitores. Precisamos de olhos e ouvidos no local dos acontecimentos; contudo, temos cada vez menos repórteres na linha de frente cobrindo as grandes histórias e encontrando ângulos locais que interessem ao seu público de origem.

Por que isso importa? Acredito que atrair leitores e espectadores para a história por meio de abordagens que dialoguem diretamente com suas preocupações pode nos tornar não apenas mais bem informados, mas também mais conectados ao mundo.

É por isso que escrevo este artigo como parte do Dia Mundial do Jornalismo (World News Day), celebrado oficialmente em 28 de setembro. Mais de mil redações de mais de 100 países marcarão a data em conjunto, e a GroundTruth tem orgulho de estar entre elas. A escolha da data não é por acaso: 28 de setembro é também o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, instituído pela Unesco. Como ressaltam os organizadores, não se trata de uma coincidência; eles acreditam que o nosso direito de saber só se concretiza se houver alguém empenhado em tornar a informação acessível, verificada e verdadeira.

Essa missão só prospera em um cenário robusto de jornalismo local. À medida que o noticiário local se torna cada vez mais escasso nos Estados Unidos — com o surgimento sucessivo de “desertos de notícias” —, todos nós devemos nos preocupar. Esse declínio do jornalismo local é um fenômeno global que vem corroendo as democracias ao redor do mundo e minando a própria noção de verdade.

Temos muito trabalho pela frente para encontrar uma maneira de restaurar a ideia de verdade, e esse trabalho começa bem perto de nós. Começa pela revitalização do jornalismo local.



DIA MUNDIAL DO JORNALISMO

28 de setembro 2026 | worldnewsday.org

Por trás das palavras que você vê neste jornal, há milhares que não vê.

Não faz sentido.

Esses documentos contam uma história diferente.

Acho que estamos chegando lá.

Vamos consultar os registros.

Monte a linha do tempo.

Encontre a primeira testemunha.

Você pode falar?

Você vai retornar a ligação?

Como você sabe que isso é verdade?

Sim, você pode confiar em mim.

Você aceita assumir isso em público?

Quem se beneficia se isso continuar escondido?

Você pode provar isso?

O que você não está me contando?

É mais um beco sem saída?

Vou te explicar as questões legais.

Podemos te proteger disso.

Eu sei que é assustador.

O público merece saber.

Vou reformular.

Devo traduzir?

Vamos falar fora do registro.

Estamos chegando perto.

Vamos verificar novamente.

Beco sem saída || só por enquanto.

Precisamos de outra fonte.

Vou ficar até tarde novamente.

Não vou conseguir ir.

Peça mais um café.

Faça mais uma ligação.

Confie nos seus instintos.

Não é suficiente.

Vou esperar.

Vou até você.

Não podemos publicar. Ainda.

Um dia vamos conseguir corroborar.

Vou verificar todo ano.

Houve alguma mudança?

Essa é a peça que faltava.

Conseguimos.

Leia mais uma vez.

Isso pode mudar tudo.

Conheça os fatos. Entenda o que importa. [Escolha o jornalismo confiável.](#)

JUSTIÇA

Gilmar cobra medidas contra irregularidades em precatórios

Ministro disse em ofício aos presidentes do STF e do STJ que as investigações sobre o Banco Master revelaram um modelo de negócios parasitário, que drenava recursos públicos

Alejandro Zambrana/STF

Estadão Conteúdo

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrou os presidentes do STF, Edson Fachin, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luís Felipe Salomão, para que adotem medidas para coibir irregularidades na expedição de precatórios.

No ofício enviado nesta terça-feira, 29, Gilmar disse que as investigações sobre o Banco Master “revelaram um modelo de negócios parasitário, que drenava recursos públicos e a poupança de milhares de investidores”.

“Créditos judiciais contra a União eram adquiridos com grande desconto, contabilizados por valores muito superiores e usados como lastro para captar recursos no mercado”, apontou Gilmar.

O decano do Supremo sugeriu que a Corregedoria Nacional de Justiça realize uma correção extraordinária em todos os tribunais regionais federais, sobretudo no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-



Gilmar Mendes também cobrou o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários para que apurem como os créditos de precatórios foram parar em fundos de investimento

1) e em casos relacionados ao setor sucroalcooleiro e os da revisão da tabela do SUS, para rastrear irregularidades em precatórios.

Para o ministro, também é preciso “pôr fim, de uma vez por todas”, à expedição antecipada de precatórios. “Creio que o primeiro passo deva ser sustar todas as decisões que determinaram indevidamente a expedição de precatório antes do trânsito em julgado”, afirmou.

Gilmar ainda cobrou o Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para que apurem como os créditos

de precatórios “foram parar em fundos de investimento e nos balanços de bancos”.

Por fim, o ministros afirmou que o envolvimento de magistrados e advogados nas irregularidades também exige a abertura de investigações. “Impõe-se uma resposta coordenada das instituições, à altura da gravidade dos fatos revelados”, pontuou.

O esquema

A compra de precatórios por uma fração do preço original era uma estratégia usada pelo dono do Master,

Daniel Vorcaro, para inflar artificialmente os balanços do banco. O banco adquiria esses papéis por 10% a 20% do valor da dívida e depois contabilizava os títulos com valores bilionários.

Como mostrou o Estadão, o Master tinha pelo menos R\$ 16 bilhões em precatórios e pré-precatórios - dos quais R\$ 10 bilhões correspondiam a títulos do setor sucroalcooleiro.

O desembargador Newton Pereira Ramos Neto, do TRF-1, proferiu ao menos dois votos favoráveis aos interesses do Banco Mas-

ter em um processo envolvendo a Usina Cansanção de Sinimbu, em Jequiá da Praia, Alagoas.

Em recuperação judicial, a empresa busca definir o valor da indenização devida pela União por supostos prejuízos causados pela política de preços do setor sucroalcooleiro. O Master atuou no processo em conjunto com a usina.

Newton é amigo do ministro do STF Kássio Nunes Marques, que fez carreira como desembargador no TRF-1.

Fachin

O presidente do STF, Edson Fachin, se manifestou sobre o pedido de Gilmar e disse nesta terça-feira que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem “cumprido papel decisivo” para dar mais transparência ao mercado de precatórios no Brasil.

Fachin afirmou que o corregedor nacional de Justiça, Benedito Gonçalves, “tem fiscalizado de modo incansável pagamentos irregulares”. Desde a semana passada, Gonçalves já determinou a devolução aos cofres da União de mais de R\$ 7 bilhões em precatórios no do setor sucroalcooleiro que foram expedidos antes do trânsito em julgado.

MP junto ao TCU também pede fiscalização

O subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), Lucas Rocha Furtado, protocolou um pedido de fiscalização sobre os procedimentos adotados pela União no caso dos precatórios relacionados ao setor sucroalcooleiro. Ele também pediu a verificação das informações sobre créditos sucro-

alcooleiros relacionados ao Banco Master.

Foi apontado para eventuais riscos na formação e quantificação de créditos contra a União, na expedição de requisitórios, na negociação de direitos creditórios e, além disso, na proteção do patrimônio público durante a execução de obrigações judiciais.

Além disso, Furtado

também defende a recomendação ou determinação, conforme o resultado da fiscalização, do aperfeiçoamento dos controles, da integração de dados, da rastreabilidade e da transparência dos procedimentos federais de gestão e pagamento de precatórios.

Na segunda-feira, a Advocacia-Geral da União conseguiu mais uma deci-

são favorável no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para cancelar 14 precatórios emitidos irregularmente e a restituição de cerca de R\$ 2,36 bilhões à União.

A determinação foi dada pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Benedito Gonçalves, que acolheu o pedido de extensão feito pela AGU à de-

cisão do CNJ que já havia cancelado outros 16 precatórios irregulares que somavam R\$ 4,7 bilhões, em uma representação apresentada pela União contra o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

Segundo a AGU, os valores somam mais de R\$ 7 bilhões e estavam depositados em contas judiciais desde dezembro de 2023.

Fachin adia análise do caso da padroeira no STF; TSE julga hoje

Presidente do Supremo não pautou a discussão sobre as decisões de ministros envolvendo postagens sobre Nossa Senhora Aparecida. A missão ficou para a Justiça Eleitoral

Agência Brasil

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, decidiu não pautar para a sessão desta quarta-feira (30) o julgamento sobre as decisões envolvendo postagens de Nossa Senhora Aparecida durante as eleições.

A sessão foi dedicada ao julgamento de processos que já estavam previamente agendados, como a validade da cobrança de valores diferenciados nas mensalidades de planos de saúde para idosos.

Até o momento, não há data prevista para análise dos processos que envolvem as postagens sobre Nossa Senhora Aparecida. A nova polêmica envolvendo decisões de ministros do STF começou no último fim de semana.

Na quinta-feira (24), Tabet publicou no X: "A família milicianiana odeia tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida!"

O ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atendeu ao requerimento do candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) e determinou a retirada da postagem e de conteúdos semelhantes.

Apesar de não ter sido citado na postagem, o candidato alegou que a postagem representa narrativa falsa e foi inserida no contexto de mensagens falsas que atribuem ele a apresentação de um projeto de lei para retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil.

No domingo (27), Flávio Dino derrubou a decisão do ministro André Mendonça e liberou a postagem, argumentando liberdade de expressão e que a publicação do humorista não fazia menção ao presidencialismo.

Em seguida, o candidato recorreu ao ministro Luiz Fux, que derrubou a decisão de Dino. Na decisão assinada na noite de segunda-feira (28), Fux determinou que a ordem de Dino, que havia mandado manter os posts no ar, fique suspensa ao menos até que

o plenário do STF analise o caso.

Fux x Dino

Fux, que é relator de uma ação sobre o Marco Civil da Internet em que o STF decidiu que as plataformas têm a obrigação ativa de retirar do ar conteúdos que ameacem a democracia.

Em sua decisão, Fux afirmou que não fez juízo de valor a respeito da suposta violação da liberdade

de expressão e disse que tal julgamento deve ser feito pelo plenário. O ministro destacou a gravidade de se suspender uma decisão do TSE às vésperas do primeiro turno da eleição presidencial, marcado para o próximo domingo (4). "Faz sentido que este Supremo Tribunal Federal determine a veiculação de notícia comprovadamente falsa? Não!", escreveu Fux.

Na segunda-feira (28), o presidente do TSE, minis-

tro Nunes Marques, enviou ofício ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, para reclamar sobre as interferências indevidas sobre decisões da Justiça Eleitoral.

Nunes Marques marcou para esta quarta-feira, 30, sessão virtual do plenário do TSE para votar a derrubada de publicações que associam Flávio Bolsonaro a projeto para retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil.

Alejandro Zambrana/STF



Edson Fachin não marcou nova data para análise dos processos que envolvem as postagens sobre Nossa Senhora Aparecida e aguarda decisão do TSE

TST determina fim da greve da Caixa

Tribunal não considerou a paralisação abusiva e fixou reajuste salarial de 100% do INPC mais 0,6%

Agência Brasil

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu nesta terça-feira (29) que a greve dos funcionários da Caixa Econômica Federal não é abusiva. Os ministros julgaram o dissídio coletivo dos trabalhadores, em gre-

ve desde 10 de setembro, e decidiram fixar reajuste salarial de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais 0,6% para a categoria. A decisão terá validade de dois anos.

O mesmo índice de reajuste deverá ser aplicado aos benefícios de auxílio-refeição/alimentação, auxílio-cesta alimentação, auxílio-creche, auxílio-babá e indenização por assalto ou sinistro.

Além disso, o tribunal determinou o retorno imediato dos trabalhadores ao serviço. Os dias de paralisação não serão descontados, mas devem ser compensados em até 180 dias.

O principal ponto de impasse entre a categoria e o banco é qual deve ser o modelo de custeio do plano de saúde, o Saúde Caixa.

Os sindicatos pediam a exclusão do teto de 6,5% da folha de pagamento,

o retorno à proporção de custeio 70/30 (empresa/empregados) e reajuste zero. Já a Caixa queria mudanças no plano, apontando dificuldades para manter a sustentabilidade financeira no atual formato.

Diante do impasse, os ministros do TST decidiram manter as regras que constavam do acordo coletivo anterior, de 2024 a 2026. Com isso, os valores previstos no plano deverão

ser atualizados pelo INPC mais 0,6%, mesmo índice aplicado para o reajuste salarial. Também foram mantidas todas as demais regras, inclusive a mensalidade do titular no valor de 3,5% da remuneração.

Entre os benefícios englobados estão mensalidades adicionais de dependentes, teto de renda dos beneficiários indiretos, participação para consulta em pronto-socorro e teto de coparticipação.

INTERNACIONAL

Irã diz que Trump é incapaz de decidir sobre condições de acordo

Segundo o secretário do Conselho de Segurança Nacional, o Irã já apresentou sua proposta para acabar com o conflito, mas “Trump não consegue negociar e nem guerrear”

Estadão Conteúdo

O secretário do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã, major-general Mohsen Rezaei, afirmou nesta terça-feira (29) que Teerã já apresentou suas condições aos Estados Unidos, mas que o presidente americano, Donald Trump, seria incapaz de tomar uma decisão.

“Nós apresentamos nossas condições, mas Trump não é capaz de tomar uma decisão”, declarou Rezaei durante encontro com Shahin Mustafayev, vice-primeiro-ministro do Azerbaijão, segundo publicação divulgada pelo canal da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC, na sigla em inglês).

Para o dirigente, Trump está “preso em um atoleiro no qual não consegue

negociar nem guerrear”. Rezaei alegou ainda que, diante do impasse militar, Washington teria recorrido a um “cerco aéreo”. O major-general também acusou os Estados Unidos e Israel de violarem o direito internacional ao atacar o Irã e afirmou que Teerã respondeu ao conflito “defendendo-se com força”.

Rezaei disse ainda que

os EUA “não têm futuro na região” e afirmou que o Irã continuará resistindo à presença americana. Durante o encontro, também declarou que Teerã está disposto a contribuir para a paz na região do Cáucaso.

Sanções

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos

anunciou nesta terça-feira, 29, sanções contra dez pessoas e organizações acusadas de ajudar o Ministério da Defesa do Irã a comprar armas e componentes. Segundo a pasta, parte dos alvos está sediada na China, em Hong Kong e no Paquistão.

De acordo com o Tesouro, a iniciativa integra uma estratégia mais ampla

do governo Trump para ampliar o isolamento econômico iraniano e pressionar Teerã a negociar o fim da guerra entre EUA e Irã, em curso desde fevereiro.

Em nota, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, afirmou que a ação faz parte da “Operação Economic Outcast” e que Washington continuará a atingir indivíduos e instituições que ofereçam suporte material, tecnológico ou financeiro ao que chamou de “empreendimento terrorista” do regime iraniano.

Os EUA também anunciaram novas restrições relacionadas a Cuba. Entre as medidas, estão a proibição de bancos manterem negócios com o setor privado da ilha e a imposição de limitações adicionais a viagens. Segundo documento do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac), instituições financeiras americanas deixam de estar autorizadas a abrir ou manter contas para cidadãos cubanos classificados como “empreendedores independentes do setor privado”.



Reprodução / CNN

O major-general Mohsen Rezaei acusou os Estados Unidos e Israel de violarem o direito internacional ao atacar o Irã

Conflito faz UE gastar bilhões em energia

Os países da União Europeia (UE) gastaram mais de 100 bilhões de euros adicionais em importações de energia desde o início da guerra no Irã, pressionando políticos a buscar alternativas aos combustíveis fósseis em meio à disparada dos preços.

Consumidores de alguns países europeus estão pagando quase 50% a mais nos postos, o equivalente a mais de US\$ 11 por galão, após o fechamento do Estreito de Ormuz, rota crucial por onde passava, em tempos de paz, um quinto do petróleo comer-

cializado no mundo.

“Os tempos são sérios”, afirmou o comissário de Energia da União Europeia, Dan Jorgensen, durante uma reunião em Dublin com ministros de Energia dos 27 países do bloco. Apesar do gasto adicional, os membros não receberam “uma molécula extra de gás ou petróleo”.

Jorgensen afirmou que os ministros discutiriam planos para acelerar a transição dos combustíveis fósseis para a eletricidade e ampliar a infraestrutura elétrica no bloco, que se tornou altamente

dependente dos Estados Unidos para importações diretas de energia depois de encerrar sua dependência histórica da Rússia após a invasão em larga escala da Ucrânia, em 2022.

“A Europa é uma das regiões mais expostas - se não a mais exposta - quando se trata de diesel, porque importa uma enorme quantidade desse combustível e estamos entrando na estação mais dura, o inverno”, afirmou Fatih Birol, diretor-executivo da Agência Internacional de Energia (AIE).

Cerca de 50% do suprimento europeu de diesel vem diretamente dos Estados Unidos

Republicanos em importantes Estados americanos pediram a proibição das exportações de diesel para reforçar a oferta doméstica antes das cruciais eleições legislativas de meio de mandato, lançando dúvidas sobre o acordo firmado pelo presidente Donald Trump em 2025 para vender US\$ 750 bilhões em energia à UE

O ministro irlandês do Clima, Energia e Meio Ambiente, Darragh O'Brien,

afirmou que a proibição é “improvável”, porque prejudicaria as economias dos dois lados do Atlântico, mas disse que a UE precisa se preparar para o pior. “Temos de estar atentos. Não podemos ser complacentes”, afirmou O'Brien.

Jorgensen disse ter enviado “um sinal muito claro” às autoridades americanas para que abandonem a ideia da proibição, ao mesmo tempo em que pediu aos ministros europeus que reduzam a dependência do bloco de fontes externas de energia.